

Especial: Encarte Tribuna de Debates/8º Congresso

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A Classe Operária



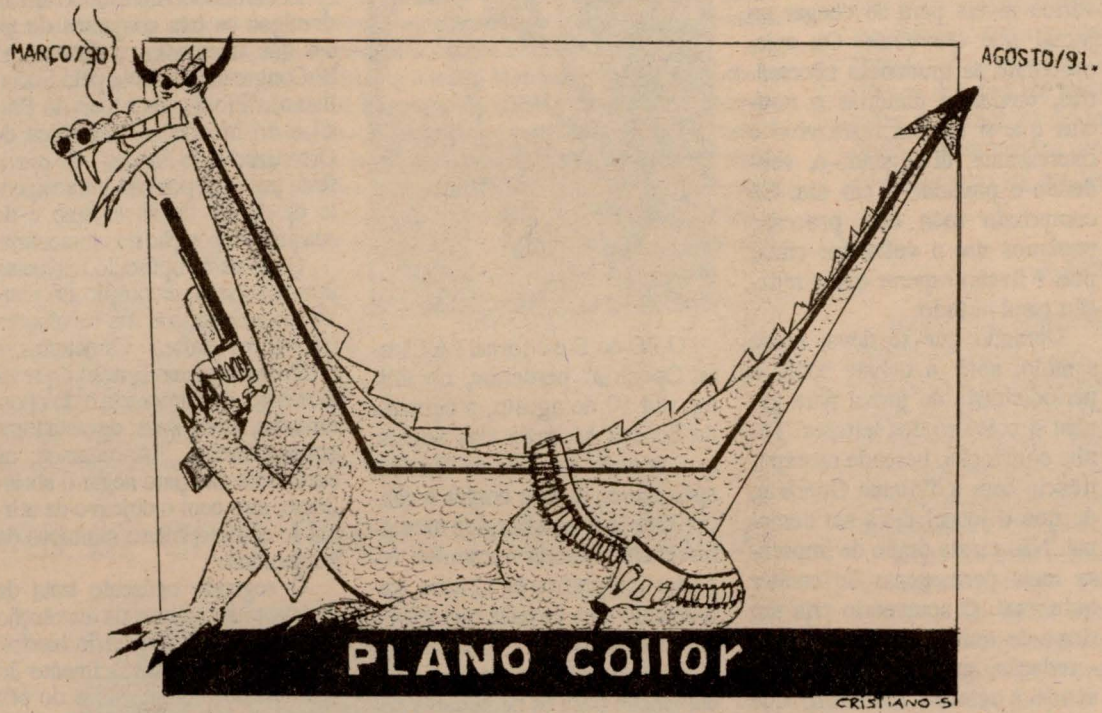
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ANO 66 - VI FASE - Nº 65 - 19 de agosto a 3 de setembro de 1991 Cr\$ 250,00
PA-AM-RO-AC Cr\$ 250,00

**PC do B na TV
Não perca!
Dia 29/8 - 20h30**

A inflação tira o sono do governo

IV Concut: chapa da CSC ou composição

Os cauísmos da tendência sindical "Articulação", que é majoritária na direção da Central Única dos Trabalhadores, além do tratamento hostil com que trata as demais forças políticas do movimento sindical, fez com que a Corrente Sindical Classista tomasse a decisão de, no IV Concut, lançar chapa própria ou fazer uma composição com as correntes que se colocam contrárias à política hegemônica da tendência situacionista na CUT. As resoluções foram tomadas durante reunião nacional da CSC, no último dia 12 de agosto, em São Paulo. Detalhes na página 9 e na coluna *Questão de Ordem*.



As perspectivas sombrias de altas cada vez mais bruscas da inflação levam desespero ao governo e aos empresários. Deste modo tentam ludibriar o povo ao retomarem velhas e fajutas explicações como causas do pesadelo inflacionário. A recessão e o desemprego, marcas do governo Collor, que foram justificativas para o programa de estabilização econômica do país se mostraram um fracasso. A farsa do desentendimento montada pelo presidente Collor e o presidente da Fiesp, Mário Amato, não possui nenhuma correspondência com as atitudes práticas de ambos. Enquanto um lado aumenta as taxas de juros o outro aumenta os preços. Pág. 5.



Na Itália, a Europa diz não aos albaneses

O governo italiano oferece 100 milhões de dólares pelo direito de ir e vir na Albânia. Página 10.

O que deseja Collor da Constituição

O governo prepara um ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo na sua proposta de reforma constitucional ditada pelo FMI. Editorial na página 3.



Euzébio Rocha fala à Classe

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

"No Brasil as coisas não são fáceis para os entreguistas". Pág. 7

Arquivo do Zandoneni

Esforço de militante

Itapeva, 01 de agosto de 1991

Prezado senhor,

Junto desta estou enviando a importância de Cr\$ 9 mil para as seguintes finalidades: Cr\$ 800,00 para completar minha assinatura de "A Classe", mais Cr\$ 2 mil como contribuição pessoal, mais Cr\$ 2 mil de Alberto de Lima, mais Cr\$ 1 mil de Tais Fonseca, mais Cr\$ 1 mil de Talmán Fonseca, mais Cr\$ 1 mil de Telma Fonseca, mais Cr\$ 1 mil de Tânia Fonseca e, finalmente, mais Cr\$ 500,00 de Miguel Casimira.

Para todas as demais pessoas, com exceção da minha, solicito o envio de recibo. Para este fim remeto o cheque nominal de Cr\$ 9 mil, certo de que tudo se realize a contento, firme-se.

Atenciosamente,
João Augusto de Fonseca

Sugestões editoriais

Nioaque, 02 de agosto de 1991

Companheiros,

Algumas sugestões para o jornal: 1º) eliminar as horrorosas caricaturas da capa que não agradam a ninguém; 2º) melhor aproveitamento da capa, já que todos os espaços são importantes; 3º) melhor divisão interna. Por ex. a página 2 (parte nobre) ser reservada para o editorial e opinião, a página 3 (também nobre) para política nacional, página 4 também. Cartas e outros, página 11 e, por fim, mais espaço para a política partidária e discussões teóricas acerca do socialismo.

Um abraço a todos,
Sidnei Fave - Nioaque-MS

Parabéns pelo esforço

...gostaria, finalmente, parabenizar ao camarada Bernardo Jofilly pela sua carta aparecida no número 63 da Classe, assim como o autor do artigo "Consumada a Liquidação da Albânia" pela sua exposição clara. Desejo que

a Classe continue na linha daqueles artigos e parabéns pelo esforço de todos os editores do jornal.

Atenciosamente,
Tomaz Alberto Nunes Lay
São Paulo-SP

Dar a volta por cima

Para
A Classe Operária (I)

Quero saudar a equipe do jornal pelo espaço que abriu para os leitores opinarem, criticarem e proporem mudanças para o novo jornal. Compreendo que em qualquer campo onde o interessado ou envolvido opina acaba se sentindo mais responsável. Assim, só teremos nosso jornal à altura das necessidades do momento e da expectativa dos que o utilizam como arma certa na luta, na medida em que for dado um balanço da trajetória recente do jornal e dos passos que deve dar para atingir o alvo. É aqui não se trata apenas de um problema teórico, mas também prático de contribuir nos vários níveis para se chegar ao jornal que queremos. Ou seja, propondo as mudanças necessárias, enviando matérias e notícias que o tornem mais vivo e interessante, divulgando-o, vendendo-o pagando-o em dia. Só cumprindo todo esse processo podemos dar a volta por cima, pois é ilusão esperar que a redação resolva tudo.

Defendo que se deva, nesse sentido, abrir o debate sobre a periodicidade do jornal para ganhar o coletivo dos leitores. Tenho convicção, baseada na experiência com a Tribuna Operária, de que o jornal deva ser semanal. Não existe órgão de imprensa mais permanente de caráter quinzenal. O semanário cria um ritmo de trabalho em toda linha - redação, gráfica, distribuição, venda e retorno financeiro que o quinzenal não consegue. Isso sem considerarmos as necessidades da conjuntura.

Na Tribuna Operária os avanços mais importantes, de conteúdo, forma e sustentação financeira se deram exatamente nos momentos em que se definiu: passar de quinzenal para semanal;

de 8 para 10 páginas, com mais uma cor. Foram períodos em que os objetivos eram claros e correspondiam a uma necessidade concreta, para os quais se ganhou os tribunais.

Penso que se deveria colocar como objetivo para outubro, por exemplo, transformar A Classe Operária em semanário. Até lá precisamos ampliar a equipe de redação, ter correspondentes nos principais estados, criar um clima de que todo leitor da Classe deve ser um correspondente; ampliar as vendas e definir objetivos financeiros (retorno em dia e pagamento das dívidas) que permitam fazer um bom jornal.

São Paulo, 30.07.91
Divo Guisoni

Adeus a um grande amigo



O PC do B e o jornal "A Classe Operária" perderam, no último dia 10 de agosto, o camarada Edimar Menezes dos Santos, que faleceu no Rio de Janeiro, após meses de luta contra o câncer. Operário metalúrgico na adolescência, Edimar tornou-se repórter-fotográfico há 12 anos, trabalhando em jornais cariocas e como free-lancer. Na campanha eleitoral de 1990 trabalhou com dedicação para os candidatos comunistas do Rio de Janeiro. Ele deixa, aos 31 anos (completaria 32 em outubro), um casal de filhos e os seus amigos de tantas batalhas, mas na certeza de que seu exemplo será lembrado por todos que o admiraram em vida. O PC do B e o jornal "A Classe Operária" te reverenciam.

Campanha ao 8º Congresso

O Secretariado Nacional do PC do B está distribuindo uma carta a todos os militantes, filiados, amigos e simpatizantes do Partido para que contribuam individualmente ao 8º Congresso. A orientação é que idêntica iniciativa seja encaminhada pela estrutura partidária e pelos correios. Deve ser feito ainda um controle periódico, tanto das cartas quanto do retorno das contribuições. A meta é alcançar todos os militantes e filiados.

Abaixo segue a relação dos primeiros contribuintes:

Campanha Nacional de apoio de Cr\$ 1.000,00 ao 8º Congresso do PC do B.

Já contribuíram:
Emerson Gori/SP - Cr\$ 5.000,00; Francisco de Assis M.

Fontes/SP - Cr\$ 10.000,00; João Amazonas/SP - Cr\$ 1.000,00; Ronald Freitas/SP - Cr\$ 1.000,00; Arthur de Paula/SP - Cr\$ 1.000,00; Renato Rabelo/SP - Cr\$ 1.000,00; Dynéas Aguiar/SP - Cr\$ 1.000,00; João Batista Lemos/SP - Cr\$ 1.000,00; Rogério Lustosa/SP - Cr\$ 1.000,00; Muriilo José Martelli/MS - Cr\$ 7.000,00; Jandira Feghali/RJ - Cr\$ 10.000,00; Osvaldo Raimundo/MG - Cr\$ 10.000,00; Arthur de Souza - Cr\$ 1.000,00; Elizabeth Nascimento Mateus - Cr\$ 1.000,00; Cr\$ 51.000,00. Faça seu depósito: Partido Comunista do Brasil - 8º Congresso - Banco do Brasil - Agência 2809-6 - Conta nº 4065-7. Envie xerox do depósito para o Diretório Nacional do PCdoB. Rua Major Diogo, 834 - Bela Vista - Cep:01324 - São Paulo-SP.

PCdoB

Florestan Fernandes*

O Partido Comunista do Brasil divulgou os três conjuntos de teses que orientarão os debates no 8º Congresso: "A Luta pelo Socialismo", "Problemas Atuais do Brasil e do Mundo" e "Questões de Organização do Partido". Se manifesta por uma posição intransigente de defesa do socialismo e de sua própria posição revolucionária.

O primeiro opúsculo apresenta uma síntese da evolução do marxismo-leninismo e das revoluções em outros países. Caracteriza a progressiva generalização do revisionismo, da burocracia e do oportunismo, com suas devastadoras conseqüências. "Apontamos os equívocos não para negar o socialismo, mas com o objetivo de afirmá-lo como o fulcro luminoso da humanidade".

O segundo opúsculo trata da vitória e do eclipse da revolução proletária, em um cenário histórico mundial de revivimento do capitalismo oligopolista e do seu padrão de imperialismo. São focalizadas a emergência de novas potências e a regionalização dos mercados, a agressividade dos Estados Unidos como superpotência em declínio e as contradições do mundo capitalista pós-guerra fria. São equacionadas a decadência do "social-imperialismo soviético" e a crise dos países em transição para o socialismo. A política da perestroika e a social democratização dos PCs são examinadas como símbolo e modelo da desagregação em curso. O PCdoB coloca-se no plano oposto. Aponta sua inabalável identificação com o socialismo revolucionário, o valor da legalidade para o partido e a imperiosa necessidade de união à esquerda, decorrente do egoísmo caolho da burguesia brasileira e sua submissão ao imperialismo. Quanto a Collor e suas promessas qualificadas como "governo recente (que já se encontra velho)".

O último opúsculo avalia os problemas táticos e estratégicos de organização, relançando os caracteres democráticos, de vanguarda e de massas do partido. Preserva o centralismo democrático com mão dupla e põe em relevo o papel que lhe cabe na luta por reformas sociais profundas e na construção de uma sociedade socialista.

Esses documentos são importantes no contexto da esquerda brasileira. Repõe-se a pergunta: O que fazer? A burguesia proclama que o marxismo se desvaneceu. Porém, sucumbe diante dos problemas cruciais das "nações ricas" e da periferia, como sucede com a pobreza absoluta e relativa. O neoliberalismo soa como o fim de uma civilização, que perdeu o sentido da vida, da natureza e da condição humana.

Há certas ponderações a fazer. Se o marxismo continua ativo, como realidade histórica, concepção do mundo e prática política, ele não pode ser reduzido à versão do marxismo-leninismo da era de Stalin. O centralismo democrático não faz parte do legado de Marx e Engels. Nas condições históricas concretas da Rússia pré-revolucionária foi preciso centralizar o poder das classes trabalhadoras e dos seus aliados no partido e nos soviets. Mas Lênin confiava em que, adiante, os soviets dissolveriam toda concentração institucional do poder, no Estado inclusive. Aprendemos o que significa voltar a Marx: existem ou não as premissas históricas para a implantação do socialismo? Os partidos revolucionários, especialmente na periferia, não podem repetir "equivocos". Devem superar os obstáculos à conquista do poder dentro de perspectivas realistas, segundo a lógica política da democracia socialista e do comunismo.

Expediente

Diretor e Jornalista Responsável:
João Amazonas
Editor: Dilermando Toni
Redação: Umberto Martins e Carlos Henrique Vasconcelos (Peninha)
Diagramação e Arte: José Luiz Mufuera Reyes
Endereço: Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - SP
Fone: (011) 36-7531 Telex: 11-21983
Fax: (011) 36-4104
Composição e arte final: Compuarte
Fone: (011) 36.0412
Fotolitos e Impressão: Jornal Paulista

Assine já o jornal "A CLASSE OPERÁRIA" UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome
Endereço
CEP Cidade Estado
Profissão

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO
Assinatura trimestral: Cr\$ 1.200,00 Assinatura semestral: Cr\$ 2.400,00
Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 2.000,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 4.000,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - SP - CEP 01318

EDITORIAL

A crise e a Constituição

Os menos avisados podem ter pensado que havia qualquer ponta de verdade quando Collor mandou que José Fagjembaur - funcionário do FMI - fosse arrumar sua própria casa ao invés de propor uma reforma na Constituição brasileira. Puro jogo de cena. Durante toda a semana passada, Collor, os órgãos da grande imprensa e até mesmo Paulo Maluf, novo presidente do PDS, fizeram enorme carga em torno de uma reforma constitucional imediata. A alegação é que muitos dos atuais preceitos constitucionais impedem a modernização e o desenvolvimento do país. Mas acontece que pelo próprio texto constitucional, a revisão da Carta Magna está prevista somente para 1993.

Na realidade, o que tem levado o governo a tentar atropelar a Constituição são as pressões norte-americanas e a crise econômica profunda em que se acha mergulhado o país. Bush, Dan Quayle, presidente e vice dos EUA, autoridades do FMI, banqueiros internacionais, têm jogado pesado no sentido de quebrar o que há de positivo na Constituição quanto aos interesses nacionais. Em relação à crise, já incontrolada, Collor quer descarregar seu ônus, mais uma vez, nos ombros do povo, retirando da Carta direitos sociais conquistados a duras penas.

É de conhecimento público o documento elaborado pelo Ministério da Economia que relaciona nada menos do que 33 artigos da Constituição a serem modificados. Entre eles, os artigos 20 e 21 que tratam do monopólio estatal para exploração do petróleo, gás natural e outros minerais, além da geração de energia elétrica e exploração de serviços de telecomunicações. Pelo cita-

do documento o governo quer acabar com o monopólio na exploração de petróleo e serviços públicos e abrir espaço à iniciativa privada, inclusive de capital estrangeiro, o mesmo acontecendo em relação à exploração do subsolo brasileiro. Embora com maiores dificuldades, Collor pretende investir também contra o direito de greve e a estabilidade do funcionalismo público.

Com esses objetivos é que o governo vem se movimentando politicamente como na recente reunião festiva com os governadores, na instalação do Conselho da República e junto ao Congresso Nacional, na tentativa de criar uma base política para seus planos. O chamado "entendimento nacional" visa agora a reforma constitucional collarida e o congelamento do processo de elaboração das leis complementares.

Cabe perguntar onde fica o argumento, tão utilizado durante o processo constituinte, de que o país necessitava de uma Carta estável e duradoura.

Numa situação de tal gravidade onde existe o risco do Brasil se transformar num simples apêndice dos EUA, com um presidente que se comporta como um moleque-de-recados dos patrões do norte, é preciso que os trabalhadores, os setores democráticos e patrióticos da Nação, se levantem em defesa da manutenção do calendário constitucional e se oponham firmemente às tramóias collaridas de fazer letra morta a Carta Magna.

A verdadeira saída para a crise está na união e luta decidida de todo o povo brasileiro a fim de garantir direitos conquistados, ampliá-los e forjar um projeto de desenvolvimento nacional independente.

Voto distrital: arma das elites

Aldo Arantes*

A onda do parlamentarismo tem crescido. Setores que anteriormente se manifestavam como fervorosos presidencialistas, de repente passam de armas e bagagens para a defesa do parlamentarismo.

O que ocorreu antes e o que estará ocorrendo agora para justificar esta brusca mudança?

Na Constituinte o parlamentarismo era defendido por setores democráticos e por parcela da esquerda, sendo que a maioria dos integrantes desta corrente defendia a manutenção do sistema proporcional de votação. Naquele momento a maioria das classes dominantes e, particularmente, as Forças Armadas por não terem a garantia de um parlamento dócil se manifestaram decididamente contra. Tanto assim que os jornais da época anunciaram que o Ministro do Exército havia "discutido" e conseguido alterar o voto de cerca de 40 parlamentares. Contra o parlamentarismo também se manifestaram o PT e o PDT.

Agora o quadro se alterou. O presidencialismo se desgastou mais ainda com o desastroso governo Collor. Por outro lado, as classes dominantes trabalham a alternativa do parlamentarismo com voto distrital, como forma de assegurar sua completa hegemonia sobre o parlamento. O estranho de tudo isto é que setores do PT embarcam nesta canoa furada.

Discutindo recentemente com o Deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS e empresário) ele afirmava que a adoção do voto distrital era necessária para reduzir o número de partidos políticos, pois esta grande quantidade de partidos dava "insegurança ao sistema". A mesma questão foi objeto de artigo recente da Revista Veja. Falando da distorção provocada pelo voto distrital que conduz a uma redução da representação parlamentar dos partidos menores a revista afirma textualmente que "a distorção de resto perfeitamente deliberada e presente em todos os países em que exis-

te o voto distrital - como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França - existe exatamente para favorecer a formação das maiorias e evitar a pulverização do quadro político". Tais afirmações evidenciam que o objetivo da adoção do voto distrital é a redução do número de partidos, retirando da cena política ou reduzindo drasticamente o papel dos partidos de esquerda. Aliás foi este o resultado prático da implantação do voto distrital na França e Alemanha.

O chamado sistema distrital misto não altera substancialmente esta distorção. Nele parte da representação parlamentar é eleita pelo sistema proporcional e parte pelo distrital. No entanto, além de manter a distorção já apontada, mesmo em menor escala, este sistema estabelece o critério da votação mínima para assegurar a representação parlamentar. Ou seja, mesmo que determinado partido tenha eleito algum parlamentar, caso não tenha obtido um percentual mínimo de votos a nível nacional ele não terá assegurado sua representação parlamentar. Esta infundável teia de mecanismos tem um só objetivo: afastar a esquerda e a representação popular do parlamento.

A verdade é que as classes dominantes, percebendo as debilidades e o desgaste do sistema presidencialista no país querem adotar um sistema político mais flexível que lhes assegure total hegemonia. E o caminho para isto foi encontrado através do parlamentarismo com o voto distrital.

No passado a esquerda foi colocada na clandestinidade pela violência. Agora querem retirá-la da cena política pelo casuísmo do voto distrital. Os setores democráticos da sociedade não podem aceitar este golpe que pretendem desferir contra os avanços democráticos conseguidos a duras penas.

* Membro do Comitê Central do PCdoB.

Projeto Nacional

Renato Rabelo*

Em recente seminário sobre "O Brasil e a Ordem Internacional Pós-Golfo", realizado no Instituto de Estudos Avançados na USP, em termos resumidos ele chega a uma "conclusão inarredável". Diz que "no quadro presente, dificilmente os países mais desenvolvidos auxiliarão no encaminhamento de soluções para impasses que o Brasil enfrenta". E reconhece que resolução sobre a questão da dívida, as dificuldades e desigualdades da nossa participação no comércio internacional, a redução dos investimentos e dos empréstimos de fora, as barreiras à transferência de tecnologia, são os problemas que "tendem a crescer". Em conclusão afirma que a saída brasileira, "está na mobilização de suas próprias forças e potencialidades".

Estas conclusões de uma instituição da universidade são reveladoras na demonstração de que nosso partido vem afirmando ultimamente sobre a questão nacional. Nesta coluna, em artigo passado, já evidenciamos através de pesquisas que os países ricos, no nível atual da divisão internacional do trabalho, não têm interesses (ou seja, não é lucrativo) investir nos chamados países do terceiro mundo, a não ser excepcionalmente em alguns casos segundo objetivos hegemônicos.

Todos esses dados e informações têm grande importância na discussão de um projeto brasileiro de desenvolvimento porque antes de tudo é preciso responder: para países como o Brasil resta somente o caminho do desenvolvimento dependente? Hoje, este

tipo de desenvolvimento é possível e duradouro? Estas são questões nodais. Pensamos que o caminho do desenvolvimento independente, que não quer dizer autárquico, é viável sobretudo porque responde aos interesses nacionais e populares.

Isto é evidenciado primeiro porque o capital estrangeiro cultuado e implorado pelos "integracionistas" é raro, pois sua disponibilidade para investimento aqui é cada vez menor e condicionante. No caso brasileiro é pior, por sermos considerados grandes devedores. Não vem "dinheiro novo". Melhor comprar bônus da dívida com desconto de 50% a 70%. Segundo, os países capitalistas mais desenvolvidos aumentam suas barreiras de mercado e ao mesmo tempo exigem que países como o nosso escancarem seus mercados. Por último, é preciso notar que nossos produtos básicos de exportação continuam se desvalorizando em relação aos produtos industriais dos países ricos. Para completar, a tecnologia avançada é mais centralizada em poder de um número menor de monopólios e oligopólios.

Portanto, esses elementos que resumimos acima demonstram grosso modo que a via de desenvolvimento com base no capital estrangeiro e abertura de mercado, é de difícil sustentação. Insistir em tal trajetória é conduzir o Brasil a um papel e lugar ainda mais desvantajoso e subordinado na divisão de trabalho entre países pobres e ricos.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Curtas e Boas

Democracia no IV Concut

Nove membros da Executiva Nacional da CUT, um membro da direção e o coordenador nacional da Corrente Sindical Classista, Sérgio Barroso, distribuíram nota oficial, intitulada "IV Concut: A democracia ameaçada" em que se dirigem à maioria da Executiva da entidade, todos da "Articulação", convidando-os a refletirem sobre as decisões de reduzir as delegações da Bahia e de Minas ao IV Concut, sugerindo-lhes que a discussão do assunto seja recolocada, sob pena de comprometer a democracia sindical. A revisão da posição seria uma atitude saudável aos trabalhadores.

Socialismo de Genoíno I

Aconteceu no debate de lançamento do livro "Repensando o Socialismo", do deputado federal José Genoíno, do PT/SP. Ao radicalizar a crítica à proposta do parlamentar de que o socialismo poderia conviver com a economia de mercado, o professor Leoncio Martins Rodrigues foi duro: "Mercado é incompatível com socialismo, já que o socialismo pressupõe a expropriação da propriedade privada".

Socialismo de Genoíno II

Martins Rodrigues acrescentou: "excluído o socialismo restam duas opções programáticas: o neoliberalismo ou a social-democracia. Não há uma terceira via. Anteriormente o senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB/SP, observou que este programa socialista de Genoíno poderia muito bem ser adotado por um partido social-democrata, com a qual o senador se diz bastante identificado. Quem diria, tucanos e borboletas no mesmo galho!

Saúde Brasil

A bancada federal do PCdoB, sob a coordenação da Deputada Jandira Feghali (RJ), realizou, no período de 9 a 11 de agosto último, o Seminário Nacional sobre Política de Saúde. Dinéas Aguiar, da Direção Nacional do PCdoB, Mauro Brandão, presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, e Maria Angélica, da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Saúde, foram alguns dos expositores.

Pinda vive socialismo

A inauguração da sede do PCdoB em Pindamonhangaba (SP) no último dia 9 de agosto, ocorreu concomitante-

mente ao lançamento do 8º Congresso. O fato marcante foi a filiação de 49 pessoas, entre operários e estudantes da região, dos quais 32 metalúrgicos. A participação de mais de 200 pessoas no evento dá a dimensão que Pinda tem luta pelo socialismo.

Violência no campo

A retirada de quatrocentos policiais federais das áreas onde são registrados conflitos de terra no país, por determinação do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, só contribuirá para o agravamento da violência no campo. A opinião é do deputado estadual Simão Almeida (PCdoB/PB), que apresentou requerimento na Assembléia legislativa, solicitando que a Casa proponha ao ministro da Justiça, a reversão dessa medida.

Racismo no Brasil

O Fórum Estadual de Entidades Negras do Rio de Janeiro entregou a Nelson Mandela um dossiê sobre o racismo no Brasil. Amauri Mendes, coordenador do Fórum, afirmou que "80% dos assassinatos na Baixada Fluminense e na periferia do Rio são praticados contra os negros; 80% dos meninos e das meninas de rua exterminados são negros; 78% da evasão escolar ocorre com crianças negras e 68% das mulheres esterilizadas são negras".

Homenagem a Margarida

A Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba realizou, no último dia 12, sessão especial em homenagem à líder camponesa Margarida Maria Alves, assassinada há oito anos, em Alagoa Grande. A sessão, que coincidiu com a data de aniversário de morte da líder camponesa, foi proposta pelo deputado Simão Almeida (PCdoB).

Imposição dos EUA ameaçam país

Aldo Rebelo*

Congresso, patentes e soberania

"O vice-presidente da República, Itamar Franco, recebeu um ultimato do governo dos Estados Unidos sobre a lei da propriedade industrial - que está sendo analisada pelo Congresso brasileiro. Caso não seja aprovada a lei, os EUA não vão renovar o acordo de cooperação na área de ciência e tecnologia".

A nota acima, do correspondente Fernando Rodrigues, do jornal *Folha de S. Paulo* em Washington, datada de treze de agosto, reflete bem o clima de intimidação com que o governo norte-americano pretende cercar o Congresso às vésperas da votação da lei sobre propriedade industrial ou lei das patentes.

No início de julho a revista *Veja* também informava que o presidente dos Estados Unidos, George Bush, havia feito chegar ao governo brasileiro a opinião de que julgava o caso das patentes o mais decisivo na relação entre os dois países no transcorrer do segundo semestre de 1991.

Vamos por etapas. Em primeiro lugar, o que desejam os norte-americanos? Exigem que o Brasil reconheça automática e imediatamente as patentes sobre inventos, bem como sobre a produção e comercialização de bens daí derivados.

Em seminário realizado recentemente em Belo Horizonte, o Secretário de Saúde de Minas Gerais, José Saraiva Felipe ofereceu números e pistas que desvendam o verdadeiro interesse no caso das patentes. Vejamos: o anti-inflamatório PIROXICAN, importado pela Pfizer de sua matriz americana, é vendido no Brasil a US\$ 750 cada quilo. Em outro exem-



Aldo denuncia clima hostil.

plo escandaloso, o anti-hipertensivo MINOXIDIL, importado pela Rhodia da UPJOHJ, norte-americana, ao preço de US\$ 17 mil cada quilo, enquanto a SULFABRAS, de capital nacional fabrica o mesmo produto por US\$ 3 mil cada quilo.

Reconhecendo as tais patentes, não apenas estaria proibida a fabricação de tais produtos no Brasil, sem o pagamento dos royalties, como também ficaríamos impedidos de desenvolver a reprodução de similares. É como se o inventor da roda houvesse patenteado o invento e quisesse impedir a sua utilização pelo resto da humanidade.

Quando terminei de redigir este artigo, manhã de quarta-feira, 14 de agosto, as pressões sobre o país aumentam: "Para os EUA, Congresso do Brasil barra investimento", diz a manchete principal do jornal "Folha de S. Paulo".

Desta vez o Secretário de Comércio dos EUA, Robert Mosbacher, faz a pressão sobre o Congresso objetivando o mesmo alvo, ou seja, a lei das patentes.

Vamos constatando que a grande burguesia internacional não quer impor aos países dependentes apenas uma ordem econômica perversa. Necessita também de impor sua ordem jurídica, que começa pela criação de um polícia internacional sob os auspícios da ONU e termina pela subordinação da ordem jurídica interna dos países dominados.

O movimento operário e popular e as forças identificadas com a defesa da soberania nacional precisam agir com eficiência e rapidez em defesa dos direitos sociais e de auto-determinação nacional ameaçados pela insolência e ingerência norte-americanas.

* Deputado federal PCdoB.

Privatizar hospital é golpe

Agnelo Quelroz*

O governo Collor enviou ao Congresso Nacional Projeto de Lei privatizando o Hospital Sarah Kubitschek. Por acordo de lideranças o projeto saiu do regime de urgência urgentíssima na última quarta-feira. O empenho do PCdoB na Câmara Federal, ao lado de diversos outros partidos conseguiu desativar a bomba ativada por Collor e Aloisio Campos da Paz, diretor do hospital, contra o patrimônio público brasileiro.

A proposta de privatização, além de absurda por si só, apresenta vícios tão enormes que comprometem a seriedade da operação. Ela inova, instituindo o "Contrato de Gestão" - um instrumento usado para transferir do Governo para uma entidade privada a gestão de uma entidade pública. Transfere-se não só o patrimônio público, mas também a concessão de verbas para cobertura dos custos.

Todo o patrimônio da Fundação Pioneiras Sociais, que é responsável pelo Sarah, passa para a União e daí para uma entidade de direito privado, uma Associação das Pioneiras Sociais, que nada mais é que um biombo para abrigar os interesses inconfessos do senhor Campos da Paz. É a mais gritante forma encontrada para entregar o patrimônio público ao setor privado. Ao contrário das outras, esta privatização seria feita a custo zero.

A forma de poder que vai prevalecer no Sarah não deixa margens à dúvidas. Os dirigentes atuais continuam à frente da instituição. É assegurado o direito de reeleição. O Conselho Comunitário é transformado em Conselho Administrativo e mantém a mesma composição. Na verdade nada tem de Conselho Administrativo, é um Conselho de Notáveis. Ele é formado por pessoas como Antonio Ermírio de Moraes, Carlos Castelo Branco, José Aparecido, Ari Cunha, entre outros. Não se trata de julgar cada um dos conselheiros. Mas

um universo tão diversificado só poderia, como sempre fez, colocar nas mãos do Dr. Campos da Paz os destinos do Sarah.

A administração do Hospital Sarah Kubitschek tem sido, ao longo dos últimos anos, questionada não só por funcionários, mas por auditorias oficiais. Auditoria do Ministério da Saúde, em 86, chegou a recomendar a "instalação de inquérito administrativo ou intervenção" na Fundação Pioneiras Sociais. Só não foi à frente porque Carlos Átila, ministro do Tribunal de Contas, de triste memória do tempo da ditadura, opinou pelo arquivamento do processo.

Mais do que tudo, esta foi a forma encontrada para evitar a integração do Sarah ao Sistema Único de Saúde, proposta que pretendo apresentar na Lei Orgânica do DF, e que tem apoio de todas as entidades de saúde do Distrito Federal. Pouco afeito à democracia, o Dr. Campos da Paz quer fugir do debate com os grandes interessados na saúde dos brasileiros: os profissionais de saúde e os usuários. Depois de exorbitar por anos ele quer o Sarah só para ele. O Sarah é um patrimônio do povo brasileiro e precisa continuar assim, integrando-se ao Sistema Único de Saúde como todas as demais unidades hospitalares do DF.

A forma como são tratados os servidores também é questionável. Aprovado o projeto só poderá continuar trabalhando no Sarah os servidores que optarem pelo regime Celetista, abrindo mão de todos os direitos reservados aos servidores públicos. Quem não optar pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) será exonerado do Sarah e colocado em disponibilidade, com todas as desvantagens que esta situação traz.

Medico, Deputado Distrital e Presidente do PCdoB-DF

A causa do estouro da inflação

Antonio Martins*

A alta dos índices de preços, que chegaram a um novo patamar e dão mostras de ter fôlego para continuar avançando, reacendeu o debate sobre as causas da inflação brasileira. Tanto o governo quanto os grandes empresários procuram levar o povo a acreditar em teses que causariam, se aceitas, prejuízos ainda maiores à luta das correntes progressistas.

Durante algumas semanas os diversos integrantes da equipe econômica do governo ainda tentaram negar o que uma observação atenta revelaria com clareza. Transcorridos pouco mais de seis meses após a decretação do Plano Collor 2, a inflação mensal atravessava decididamente a barreira dos dois dígitos e chegava a um patamar que tem sinalizado sempre, ao longo dos últimos anos, tendência a altas sucessivas e cada vez mais bruscas.

No último dia 12, porém, foram divulgados simultaneamente dois índices de preços, ambos relativos a julho, que deixam pouca margem a dúvidas. A Fundação Getúlio Vargas calculou em 12,83% a inflação do mês, o que indicava forte aceleração em relação ao mês anterior, quando a alta havia ficado em 9,86%. Ao mesmo tempo o Dieese, que calcula especificamente a elevação dos preços dos produtos consumidos pelos assalariados, apontou inflação de 13,29%, com diferença também nítida em relação aos 11,3% registrados em abril.

Tornou-se então mais acirrado um debate que voltara às páginas dos jornais algum tempo antes, e que tende a tornar-se mais agudo nas próximas semanas, sempre que novos índices voltarem a indicar dificuldades no controle dos preços. Quais as causas essenciais da inflação brasileira? Por que ela resiste tanto a sucessivos choques, e por que o governo Collor, que fez da luta pela estabilização econômica a justificativa para medidas que provocaram recessão e desemprego recordes, ameaça fracassar também neste aspecto de sua política?

Os grandes empresários, e os jornais que os apóiam, foram os primeiros a entrar no debate. A *Folha de S. Paulo*, que havia engavetado sua cam-



panha contra o governo Collor desde a visita do presidente aos Estados Unidos e a nomeação de um ministro da Fazenda ainda mais claramente comprometido com o programa neoliberal, sentiu que havia chegado a oportunidade de iniciar uma nova ofensiva. Publicou uma série de editoriais, um deles com chamada na primeira página, acusando o governo de ser muito tímido no corte dos gastos públicos. O *Estado de S. Paulo* foi ao ponto de falar numa "expansão monetária descabida", que teria ocorrido precisamente porque o governo reluta em arregar suficientemente a máquina estatal.

No dia 8 surgiram provas concretas de que os jornais paulistas não falavam apenas em nome próprio, mas representaram um pensamento profundamente enraizado entre amplos setores da burguesia. O presidente da Fiesp, Mário Amato, concedeu entrevista em que, a pretexto de protestar contra a volta do controle oficial de preços sobre certos produtos, voltava a lançar dúvidas sobre a capacidade de Collor em levar adiante as propostas em nome das quais conquistou a adesão dos empresários em 1989. "O presidente tem um bom programa, mas não está conseguindo levá-lo à prática, disse Amato". Indagado sobre a maneira de resol-

ver o problema, o presidente da Fiesp sugeriu claramente uma ação contra os trabalhadores e o setor público da economia: disse que o presidente deveria "bater firme, não deixar falhar. Usar a democracia, mas com energia. Não ter medo de reivindicações nem de corporativismo". Pediu além disso "austeridade com os Estados e Municípios".

Fiel a seu próprio temperamento, e interessado em preservar a iniciativa política a qualquer custo, Collor não poderia deixar sem resposta as declarações de Amato. Ele aproveitou a entrevista que concede aos domingos, após o "cooper" em redor da Casa da Dinda, para chamar o presidente da Fiesp de "impatriótico", e dizer que "estaríamos liquidados, se todos os empresários deste país fossem iguais a este senhor". Em seguida, tocou no tema delicado da inflação. Disse que Amato e os que fazem queixas como ele agem assim porque em seu governo deixaram de lucrar com a ciranda financeira. E concluiu: "vou oferecer uma resistência enorme a toda e qualquer atitude que venham tomar com vistas à volta da inflação alta, porque isto só traria prejuízos aos trabalhadores, e benefícios a esses tubarões".

Capaz de lembrar os tempos em que o presidente encantava os descamisados, a frase

de Collor não tinha contido nenhuma correspondência com as atitudes reais do governo. Nas semanas anteriores, o Banco Central havia comandado um movimento firme e incessante pela elevação das taxas de juros pagas precisamente aos credores da dívida interna. O chefe do Executivo verbalizava contra os aplicadores na *ciranda*, mas autorizava o Tesouro a remunerá-los com taxas que chegaram a 19,3% ao mês em 13/08.

A explicação teórica para esta política, feita em círculos mais restritos pelo ministro Márcilio Moreira e pelo próprio presidente alguns dias antes, mostrou com nitidez que, bate-bocas à parte, programaticamente havia muito pouca diferença entre os planos do governo para debelar a inflação e o dos empresários. Em 7/08 o ministro da Economia antecipara a alta dos juros, afirmando que o governo descartava novos choques e pretendia segurar os preços elevando o custo do dinheiro para inibir o consumo. Na mesma data Márcilio anunciou que a esta política o governo acrescentaria, nos dias seguintes, decisões contra o que chamou de "focos de pressões inflacionárias": as estatais e os gastos públicos, especialmente dos Estados e Municípios. A redução radical da máquina econômica do Estado des-

pontava, portanto, tanto para os empresários como para o governo como a saída essencial na luta contra a inflação. Incontáveis vezes repetida pela imprensa, a tese ganhava, na semana que passou, apoios importantes. E o presidente Collor aventurava-se a propor de forma cada vez mais aberta a articulação de uma ampla frente política para promover a reforma da Constituição e tornar mais fácil o desmonte do patrimônio estatal.

Bastaria, contudo, ler o relatório que o Banco Central divulgou em 9/08 sobre a evolução da base monetária em julho para perceber o quanto a tese é falsa. O documento revela que há de fato, desde abril, uma evolução nítida dos meios de pagamento - um conceito que inclui o volume de moeda circulante e outras obrigações financeiras do Estado. Esta evolução acelerada tende, é verdade, a comprometer rapidamente a confiança na moeda e a estabilidade econômica.

Mas o documento revelava também que a causa essencial do descontrole não eram as estatais nem os investimentos públicos, inteiramente arrojados nos últimos meses. E sim a emissão de dinheiro e títulos para fazer frente a dois tipos de compromissos associados precisamente ao programa neoliberal que a direita pretende impor ao país, o aumento das exportações, para pagar a dívida externa e inserir o Brasil na "modernidade" capitalista e a liberações de cruzados novos, um fantasma que expõe o fracasso do governo Collor em resolver, como prometera, o problema da dívida interna.

Juntos, estes dois fatores exigiram a emissão, em um único mês, de cerca de 1,3 bilhão de dólares, em moeda ou outras formas de comprometimento financeiro do Estado. O problema tende a se agravar nos próximos meses, com o prometido aprofundamento das políticas neoliberais, e as forças populares precisam estar atentas ao fato. É a única forma de responder à altura às teses que pretende fazer da inflação pretexto para novo ataque às estatais e aos direitos dos trabalhadores. * Colaborador da Classe.

O corporativismo e a organização do Partido

Dynéas Agular*

O corporativismo corresponde a uma visão parcial, estreita, particular sobre a forma da defesa dos interesses de setores, camadas ou classes sociais frente ao Estado e às classes dominantes.

No bojo da discussão sobre as formas de luta e de organização das massas sempre esteve presente o debate sobre o corporativismo que afeta determinadas categorias ou setores e o prejuízo que isso acarreta às lutas mais gerais dos trabalhadores. Para o movimento sindical tem sido um grande entrave a sua unidade.

Agora, ao aproximar-se o 8º Congresso alguns camaradas vêm indagando sobre se existe uma relação entre a forma de organizar e estruturar o partido e o corporativismo.

Não há uma relação direta. Pode estar presente secundariamente em alguns setores, mas não em nossa concepção de organização.

O corporativismo tem suas raízes históricas no período do feudalismo. Os artesãos para preservarem e defenderem seus direitos frente ao domínio da nobreza feudal organizaram os grêmios ou corporações que congregavam os mestres artesãos de um determinado ramo da produção. Esses grêmios ou corporações estabeleciam as normas de produção, a qualidade e o volume a ser produzido em cada estabelecimento artesanal, preço de venda, etc. Essa estrutura servia também para impedir a concorrência e o surgimento de novos produtores. Daí o conteúdo do termo corporativismo como expressão da defesa dos interesses específicos de um setor sem ter presente os gerais da sociedade.

A vida tem comprovado que mesmo mudando e até extinguindo certos modos de produção, algumas de suas idéias que penetraram nas massas, perduram por séculos e até milênios. São os usos e costumes e as tradições que na maioria das vezes atuam como barreira de contenção para o avanço e a consolidação do novo.

As idéias corporativistas, retrógradas, conservadoras ainda hoje influenciam setores atrasados das massas e mesmo alguns destacados ativistas e dirigentes de entidades de massa.

Como Lênin abordou o corporativismo

Exemplo disso tivemos nos primeiros anos do jovem Estado soviético quando a economia da Rússia estava destruída. A produção camponesa arruinada pela guerra e pelos anos de intervenção dos países capitalistas e dos contra-revolucionários, não tinha condições de abastecer a população do país, em particular as grandes cidades. A fome ameaçava a consolidação do governo proletário. Lênin, dirigente do Estado propôs uma nova política econômica que estimulava o pequeno produtor rural, a fim de ampliar a produção dos alimentos para a população e da matéria prima para a indústria. Setores do proletariado e, igualmente, do Partido Comunista se opuseram argumentando que não se podia fazer concessões aos camponeses.

Polemizando com essa tendência aparentemente "avançada" e "revolucionária", Lênin afirmou: "O proletariado como classe dirigente, dominante, deve saber dirigir a política de tal modo que resolva em primeiro lugar a tarefa mais urgente, mais 'nevrálgica'. O mais urgente, no momento atual, são as medidas capazes de elevar imediatamente as forças produtivas da economia camponesa. Só através disto se poderá conseguir tanto a melhoria da situação dos operários como o reforço da aliança dos operários com o campesinato, o reforço da ditadura do proletariado. Todo o proletário ou representante do proletariado que não quisesse melhorar a situação dos operários através disto seria na realidade cúmplice dos guardas brancos e dos capitalistas. Porque não o fazer através disto significa colocar os interesses corporativos dos operários acima dos interesses de classe; significa sacrificar aos interesses imediatos, momentâneos, as vantagens parciais dos operários. Os interesses de toda a classe operária, da sua ditadura, da sua aliança com o campesinato contra os latifundiários e os capitalistas, do seu papel de dirigente na luta para libertar o trabalho do jogo do capital." (1)



Lênin, na crise do jovem Estado soviético, priorizar o campesinato

Luta específica e luta geral

No presente, vivemos um momento de grande confusão, de desilusão das massas na perspectiva revolucionária. A burguesia sentindo-se vitoriosa impõe às demais classes e camadas suas formas e métodos de exploração. Nessas circunstâncias ganha força o corporativismo, ou seja, a luta específica de cada categoria profissional ou setor da população.

Cabe aos comunistas esclarecer às massas que, mesmo sendo corretas, justas e necessárias, as lutas localizadas, não devem ser separadas das lutas gerais. Contrapor as reivindicações de grupo às da sociedade, é uma atitude atrasada, reacionária, pois em última instância, em nada afeta o poder burguês.

A forma da organização do partido deve corresponder às necessidades concretas da luta de classes e da mobilização das massas. Esse problema, fundamental para a luta do proletariado, não é novo. Ressurge sempre com força em momentos de crise para o movimento revolucionário. A III Internacional no informe ao seu V Congresso realizado em 1924, afirma:

"A diferença essencial que existe entre o papel e a atividade dos partidos comunistas e social-democratas manifesta-se igualmente em suas formas de organização. A social-democracia, ocupada unicamente com o reformismo nos marcos da democracia burguesa - sobretudo vinculado ao trabalho eleitoral e parlamentar - acha-se em

consequência, organizada por distritos eleitorais, sua base é a seção local, e como princípio de organização o local de moradia. O Partido Comunista, que dirige os operários para a luta revolucionária com o objetivo de colocar abaixo o capitalismo e conquistar o poder, cria outras formas de organização, pois seu principal ponto de apoio está nas fábricas. O Partido Comunista deve organizar suas bases entre os trabalhadores, na fábrica e nos locais de trabalho. A organização do partido sobre a base das células de empresa permite-lhe sobretudo manter uma vinculação real, íntima e duradoura com os operários. Permite-lhe estar sempre a par das necessidades e da disposição da classe operária e em consequência atuar corretamente. Permite-lhe manter sua influência permanente junto à classe, dirigí-la com eficácia, organizando a luta revolucionária contra o patronato, o fascismo e o Estado capitalista pra conquistar o poder."

Organização flexível e revolucionária

Assim, a organização do partido; objetiva mantê-lo fiel ao seu caráter proletário e revolucionário. Situações particulares devem ser equacionadas visando facilitar a organização e a militância dos comunistas dentro dessa perspectiva partidária.

Fiel à esse caráter proletário e revolucionário da política de organização, o nosso partido vem se esforçando para ampliar e consolidar a estrutura de bases e o sistema de comitês em

intermediários. Entende que não cabe em seu seio a divisão organizativa baseada na concepção e prática corporativista. Mas, que em situações muito concretas, não exclui a hipótese da formação de bases e até mesmo de certos comitês intermediários que congreguem camaradas de uma mesma categoria profissional ou de alguns setores sociais.

Quando o partido está em processo de implantação em determinadas áreas ou setores, contando com poucos militantes e filiados, não é possível a organização de OBs por local de trabalho. As chamadas células mistas, em muitos casos, são OBs de categoria até que seu crescimento permita ir criando as bases por local de trabalho. Entre os bancários, por exemplo, as agências nos bairros têm um reduzido número de funcionários, o que dificulta organizar a OB na mesma, pois não raro nelas existem apenas um ou dois comunistas. No caso pode-se organizar os bancários em base de bancários no Distrital ou Municipal ou, agrupá-los na OB de Empresa (Banco) independente da localização da agência. O mesmo exemplo vale para os comerciantes, professores, médicos, etc.

Pelo exemplo exposto, vemos que não é a forma de organizar o que define prioritariamente o caráter de classe o conteúdo revolucionário proletário do partido. Esta é uma questão política e ideológica. A organização e o funcionamento do partido sem afastar-se, nem romper com o seu conteúdo revolucionário, deve ser flexível para responder às necessidades e às condições concretas da luta de classes. No entanto, não pode ser um instrumento através do qual idéias e concepções não proletárias penetrem e se afirmem no Partido.

(1) Lênin, V. I. *Sobre o imposto em espécie, sobre a liberdade de comércio, sobre as concessões*. Obras Escolhidas, vol. 3, pág. 501.

(2) V Congresso da Internacional Comunista, 17 de julho - 8 de julho de 1924, pag. 89.

* Dynéas Agular - membro do Comitê Central do PCdoB

O Brasil resiste ao entreguismo

Entrevista a Umberto Martino

Euzébio Rocha, constituinte em 1946, advogado e professor, foi o autor da lei que instituiu o monopólio estatal do petróleo - apresentado ao Congresso Nacional na forma de um substitutivo ao anteprojeto que criava a Petrobrás, enviado por Getúlio Vargas, contou, então, com o apoio deste. Ele acaba de lançar o livro *Petrobrás - esse patrimônio é nosso*, à venda nas livrarias por apenas Cr\$ 1 mil, no qual faz uma vigorosa defesa da empresa e do monopólio sobre o óleo, denuncia o forte lobby do capital estrangeiro contra os interesses econômicos nacionais - visando, em particular, a Petrobrás - e sustenta que o neoliberalismo já faliu. Euzébio Rocha falou à *Classe Operária* sobre a atualidade da luta em defesa das riquezas brasileiras, contra as pretensões de conglomerados e potências alienígenas.

Classe: Ouve-se, com muita frequência nesses dias e até mesmo de setores considerados de esquerda, que a defesa de estatais como a Petrobrás, CSN e outras, é uma iniciativa na contramão da história e o que no Brasil se conhece por nacionalismo pode, se muito, ter sido válido para a década de 50, mas contraria a modernidade. O que o senhor acha?

Euzébio Rocha: Na minha opinião os que dizem isto não são de esquerda, são esquerdistas mal informados, que não estudam e pouco ou nada lêem. Então, o Collor diz que a modernidade é isto, eles se empolgam. Falta-lhes informação filosófica, doutrinária, assim como experiência de luta.

Classe: O capital estrangeiro tem servido aos interesses do Brasil?

Euzébio Rocha: Este pessoal parece se esquecer de fatos como os seguintes: em 1986 o capital estrangeiro disponível para investimentos no exterior, em todo o mundo, se elevou a 152 bilhões de dólares. Deste total US\$ 125 bilhões, ou seja, 82,2% do total, foram investidos nos Estados Unidos; US\$ 18 bilhões, 11,8%, foram distribuídos a três países de origem inglesa: a Austrália, Nova Zelândia e o Canadá. Para 12 países do mundo subdesenvolvido, inclusive Brasil, restaram somente US\$ 5 bilhões, que divididos dariam 416 milhões para cada um, ou 3,2% da soma total. Examinando os últimos 10 anos verifica-se que não houve entrada de capital estrangeiro no país, enquanto foi grande a saída de recurso e para o exterior.

Classe: No entanto, os que defendem o capital estrangeiro argumentam que ele não se orienta para cá em função

de leis e regras nacionalistas, protecionistas...

Euzébio Rocha: Isto não é verdade. Não será abrindo criminosamente as portas do país que resolveremos nossos problemas, ao contrário, eles irão levar ainda mais renda para fora. Nós já somos uma das economias mais abertas do mundo. Chegamos ao cúmulo de revogar a legislação que restringia a remessa de lucros ao exterior, a partir de 64. Desde então, o capital estrangeiro transformou-se em bomba de sucção de nossas riquezas. E isto é muito grave para o trabalhador, visto

que limita nossos investimentos e se não há investimentos não há emprego, se não há emprego não há bem-estar, se não há poder aquisitivo não há mercado interno. Quando o FMI traça suas orientações para países como o Brasil ele se orienta precisamente pelo objetivo de impedir a formação de uma grande mercado interno, porque sabe que se um país consome menos aço consome menos minérios, sobra mais minérios para os países ricos, se consome menos aço consome menos manganês, de forma que a política de estrangulamento dos pobres pelos ricos tem realmente este sentido, de extrair nossas rendas e riquezas em benefício de grupos estrangeiros e em detrimento do trabalhador.

Temos um quadro muito relevante e claro a este respeito: de 1982 a 1986 o Brasil pagou 73 bilhões de dólares em serviço da dívida externa. Pois bem, neste mesmo período a dívida cresceu de 90 para 110 bilhões de dólares. Tais recursos poderiam ter sido aplicados na educação, na saúde, serviriam para gerar empregos e riquezas. É sabemos que a dívida cresceu fundamentalmente como resultado da política interna do governo norte-americano, que manipulou e elevou a seu bel-prazer as taxas de juros - estima-se que pelo menos



"Aqui não vai ser fácil para eles", garante Euzébio Rocha



O livro denuncia o lobby multinacional

US\$ 40 bilhões do total da dívida externa brasileira existe unicamente em razão disto. As remessas de lucros, royalties, patentes e outras para o exterior, entre 82 a 86 alcançou o valor aproximado de 30 bilhões de dólares. O grande problema do Brasil é este: ou nós entendemos a necessidade de reter nossos recursos aqui para investimentos internos orientados por nossas necessidades ou então ficaremos completamente escravizados, pois eles são pior que morcego e sugam sem piedade o sangue do nosso povo, de todos nós.

Classe: O fluxo de recursos do Brasil com o exterior tem sido sempre negativo, pode-se considerar nula a contribuição do capital estrangeiro?

Euzébio Rocha: Num livro que publiquei já faz algum tempo, *Brasil - um país ameaçado*, realizei um levantamento a respeito e provei que, quando se toma uma média de cinco anos, em nenhum período a entrada de capital superou a saída no país. Em nenhum quinquênio isto ocorreu, embora você possa encontrar um ou outro ano em que o resultado foi positivo.

Classe: Mas a transferência de riquezas tornou-se maior a partir da década de 80. A que o senhor atribui isto?

Euzébio Rocha: Acho que uma das razões fundamentais é que esses últimos governos têm sido dominados por beleguins dos grupos econômicos internacionais. São pessoas covardes, que perderam o senso de dignidade nacional. Lembro que em 1950, quando assumiu o governo, Getúlio Vargas nomeou Oswaldo Aranha e uma equipe de especialistas para fazer uma auditoria da dívida externa brasileira. Eles chegaram à conclusão de que 60% dos débitos não eram regulares e, portanto, não deviam ser pagos. O presidente concordou em pagar apenas 40% em 50 anos. No caso da dívida atual há muitos casos de notória imoralidade, sabemos que ex-ministros como o Mário Henrique Simonsen é conselheiro do Citicorp, o maior credor do país; outros, como Roberto Campos, também foram e são ligados a grupos econômicos estrangeiros, foram eles, não obstante, que contraíram essa dívida monstruosa. E não se faz nada.

Classe: Entre os que defendem a privatização da Petrobrás há os que sustentam o argumento de que o petróleo não tem, atualmente, a importância que tinha antigamente e que, portanto, as multinacionais do

setor já não atuam com tanta agressividade.

Euzébio Rocha: só gente mentirosa, cínica ou agente encaixado da CIA pode pensar assim. A importância do petróleo ficou provada na guerra do golfo. A participação de potências em atenção às multinacionais do setor ficou clara. Fez-se uma guerra para defender as grandes empresas norte-americanas e inglesas que exploram e monopolizam o petróleo da região. Em defesa do óleo para suas multinacionais os EUA e as potências aliadas não vacilaram em promover a guerra mais violenta do mundo, como se pode falar que não há mais perigo nem disputa pelo petróleo?

Classe: O senhor cita, no livro que está lançando, a atuação de diversos lobbys contra a Petrobrás no passado. Hoje tal lobby ainda existe?

Euzébio Rocha: Ele continuou e continua a operar, e de uma maneira violenta. Me lembro que em 1953, por mera "coincidência", enquanto se discutia a lei do monopólio da Petrobrás, uma esquadra americana visitou a baía da Guanabara. Pode ter sido por "fraternidade". Mas o povo reagiu, a Câmara se levantou e aprovou a lei, que evidentemente contrariava, como ainda contraria, interesses das multinacionais dos EUA.

Classe: Como o senhor vê o papel desempenhado pela grande imprensa e os meios de comunicação em geral em relação a tais problemas?

Euzébio Rocha: Reconheço que a deformação informativa é grave, embora também no passado nós tenhamos enfrentado isto. As rádios e os grandes jornais estavam todos nas mãos dos que defendiam, por exemplo, a entrega do petróleo. No entanto, nós vencemos a batalha. Agora a coisa piorou em função da televisão, que se acrescentou ao coro entreguista. Apesar disto eu tenho a impressão de que os entreguistas serão derrotados, não sou pessimista. Aqui no Brasil eu tenho a impressão de que não vai ser fácil para as potências estrangeiras impor as regras que eles pretendem e só a eles interessa. A resistência tem sido grande e será ainda maior.

Classe: O chamado neoliberalismo tem dado certo?

Euzébio Rocha: O neoliberalismo conduziu a Inglaterra ao caos, às maiores taxas de inflação e desemprego na Europa. Transformou a dama de ferro (Margareth Thatcher) em dama de pó. O neoliberalismo fracassou, não deu nem vai dar certo, a prova está aí, em todo o mundo, nos países onde foram ou vêm sendo aplicadas políticas de orientação neoliberal.

Questão de Ordem

Juiz sindical

Ronald Freitas*

Às vésperas do 4º Congresso Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores), dentre os inúmeros problemas que merecem uma análise detalhada e um posicionamento correto, avulta a questão da democracia interna e da representatividade da Central.

As recentes decisões da maioria da Executiva Nacional da CUT, de aplicar um redutor sobre as delegações ao Congresso de Minas Gerais e Bahia, é sem dúvida de uma gravidade e de um autoritarismo ímpares nas relações sindicais contemporâneas em nosso país. A maioria da executiva se erigiu em juiz supremo do sindicalismo cutista, e não em seu condutor político. Desconsiderando a decisão soberana dos Congressos Estaduais em primeiro lugar, e também a decisão posterior das Executivas Estaduais da Bahia e de Minas, diminuiu arbitrariamente suas bancadas ao IV CONCURT. Criou-se com isso no campo cutista, a figura da direção tribunal, que tem entre suas funções o poder de anular os atos das instâncias da Central. Convém registrar que no caso concreto a maioria da executiva, é composta por membros de uma mesma corrente política, a Articulação Sindical.

Ao agir dessa maneira, essa corrente por mais que negue, mudou em benefício próprio a correlação de forças existentes entre as várias bancadas que se farão representar no congresso. A articulação e seus aliados passam assim a ter maioria.

Essa é uma prática que nada tem a ver com a democracia sindical e que na realidade só demonstra uma desesperada e sem princípios, luta pela hegemonia, caracterizando um exclusivismo doentio da Articulação. Além do que, é absolutamente impossível, compatibilizar essa prática, com o discurso teórico de "luta pela democracia como valor universal" tão em voga em suas hostes.

Esse fato, se não for reconsiderado, maculará o IV CONCURT, na sua realização democrática e na sua representatividade. Somos daqueles que avaliamos que a CUT é hoje regulamentada de tal forma, através de interpretações e normatizações estatutárias, que a estão asfixiando e burocratizando.

Vai assim a Central perdendo uma das suas características maiores, a relação direta com a massa de sindicalizados, permeável a seus anseios, sensível a pressão da base. Já vai longe o tempo da Central pequena, carente de reconhecimento político, buscando construir seu espaço. Porém enganam-se os dirigentes da Central que a consideram uma instituição absolutamente consolidada, imune a ação das forças políticas existentes na sociedade.

A existência de normas e regras burocráticas e casuísticos podem manter por um certo período o controle de "aparelhos" e instâncias da Central, por parte de certos dirigentes, mas não é capaz de dar-lhes condições de liderança e reconhecimento político por parte do movimento.

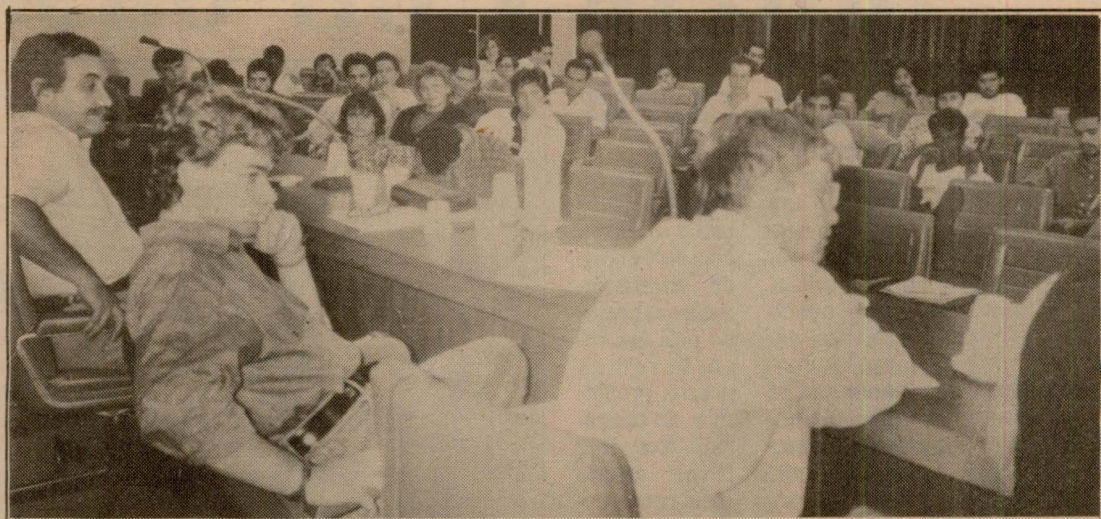
Se não se estabelece regras realmente democráticas e abertas condizentes com a luta profundamente desigual que os trabalhadores travam contra o capital, a Central perde sua fonte de abastecimento político, se isola, e deixa de ter função.

Creio que tudo isso merece uma reflexão de todos que atuam na CUT.

* Membro do CC do PCdoB

Juventude comunista prioriza UJS

Júlio C. Monzú*



Jovens decidem priorizar ação nas fábricas.

A priorização da atuação dos jovens comunistas na União da Juventude Socialista, envolvendo os que trabalham nas fábricas e empresas de certo porte foi uma das principais conclusões do Seminário Estadual da Juventude do PCdoB, realizado na Câmara Municipal de São Paulo, no período de 9 a 11 de agosto último. A iniciativa foi do Diretório Regional, contou com cerca de 80 jovens e integra o elenco de discussões preparatórias ao 8º Congresso Nacional do Partido.

Atualizar permanentemente o conhecimento partidário sobre o perfil da juventude mostrou-se a primeira tarefa e, sobretudo, o primeiro desafio do PCdoB nessa frente de atuação.

Iniciou-se então esse trabalho partindo de premissas objetivas e avaliando-se o comportamento da juventude nos últimos tempos (como vive, trabalha, se diverte e luta). A juventude atual encontra-se em uma fase de transição e mutação dos seus valores e seus ideais. A busca generalizada por uma mudança radical da sua vida (aos moldes das sociedades alternativas/68) começa a dar lugar a um outro tipo de aspiração e comportamento, muito mais localizado e específico.

Verifica-se, muito facilmente, a completa "diversidade" da juventude brasileira e paulista, o que altera também o seu comportamento social e político. A disposição para as lutas de caráter ecológico, cultural, de esporte e lazer revela a busca por outros canais de expressão que não somente os canais tidos como tradicionais (entidades estudantis, partidos, etc...).

Essa discussão também deixou clara a falta de elementos mais delineados para precisar esse perfil. De qualquer forma, foi dada a largada para a superação desse desafio que se impõe hoje aos comunistas, não só da direção, como de todos aqueles que, no seu dia-a-dia, vivem as contradições que o capitalismo gera no meio da juventude.

A tarefa de empreender o balanço da nossa atuação nos últimos anos é um importante passo a ser dado pelo partido para poder, conhecendo as dificuldades e os erros, elevar a sua inserção junto à juventude a patamares cada vez mais elevados.

Esse balanço precisa ser encarado como um processo e carece de levar em conta três aspectos fundamentais:

1º) Problemas objetivos: a conjuntura nacional e internacional (o neoliberalismo), a crise do socialismo, a derrubada de mitos e idéias que golpeiam duramente o ânimo e a disposição de luta da juventude e do povo;

2º) Problemas do próprio movimento de juventude: a falta de representatividade das entidades de juventude, a descrença, o ceticismo e o desânimo são questões colocadas ao movimento e que, na maioria das vezes, independem do PCdoB.

3º) Problemas de esfera partidária: sejam políticos ou organizativos.

Nesse balanço verificou-se que a falta de organização do partido na juventude faz com que outras organizações assumam tarefas pertinentes ao partido; verificou-se também que a limitação no conhecimento do perfil da juventude acabava distanciando a nossa linguagem, as nossas bandeiras e o nosso método de abordagem das questões mais substantivas.

Ação de base e de massa

Com especial atenção, buscou-se extrair indicações políticas e medidas práticas para unificar a nossa intervenção no movimento de juventude.

Direcionar todos os esforços dos comunistas jovens para atuarem, prioritariamente, no movimento, via União da Juventude Socialista, inclusive na universidade e no movimento sindical. Essa resolução, em especial, revela a necessidade da consolidação da UJS enquanto entidade representativa do conjunto da juventude, e não de uma parcela ou segmento. Entender isso significa, também, desenvolvê-la com atividades e ações próprias.

Direcionar a atuação e a intervenção política do partido e da UJS para a juventude trabalhadora e operária espelha um amadurecimento do coletivo partidário, visto que em outras discussões tinha-se como eixo central de atuação o movimento estudantil.

A relação do Partido com as entidades de massa deve ter presente a necessidade de entidades pluralistas, independentes e representativas do conjunto do movimento. Ampliar a autonomia das entidades e unificá-las nas lutas principais, são tarefas impostas aos comunistas.

Fortalecer a estrutura partidária no seio da juventude, fortalecendo o papel das células de jovens, sem substituir a atuação da UJS e vice-versa, mas tendo presente que determinadas contradições cotidianas da juventude só são respondidas pelo partido.

Por fim o seminário elegeu uma Comissão Estadual de Juventude, comissão essa que assumiu, conjuntamente com o diretório regional, a responsabilidade da implementação das resoluções do seminário. Procurou-se indicar para essa comissão camaradas com experiência e participação ativa na frente juvenil.

Entendendo o "momento de resistência e reaglutinação" e entendendo, também, o grau de desenvolvimento do movimento, que nos possibilita uma ação concreta, a juventude do PCdoB reafirmou o Socialismo como única sociedade capaz de dar fim às contradições e à crise que assolam o mundo e, otimistas, vestiram a camisa da construção partidária e da luta pela superação da exploração e da injustiça.

* Membro da Comissão Estadual de Juventude

CSC aponta alianças para o Concut

A Corrente Sindical Classista deverá compor no IV Congresso Nacional da CUT, de 4 a 8 de setembro do corrente, com o conjunto de forças políticas que se opõem à política hegemônica da tendência "Articulação" ou optará pela alternativa de lançar uma chapa própria, sendo remotas as possibilidades de composição com a corrente situacionista da CUT. Esta foi a principal conclusão da reunião da CSC, que se realizou no último dia 12 de agosto, em São Paulo, a qual contou com a presença de representantes de 13 Estados brasileiros.

Em relação aos congressos estaduais da CUT, a reunião considerou que o balanço final foi positivo para a CSC, que elegeu delegados em quase todos os Estados, à exceção de Tocantins, Roraima, Amapá, Rondônia e Maranhão, sendo que neste último uma manobra da Articulação impediu que delegados fossem eleitos mesmo a Corrente Classista possuindo 9,5% dos delegados do Concut local.

A CSC denunciou durante a reunião as arbitrariedades cometidas

pela tendência majoritária da CUT nos congressos estaduais da Bahia e Minas Gerais, cujas delegações foram reduzidas pela Direção Nacional da entidade, bem como as muitas impugnações de delegados que ocorreram em vários Estados. No tocante à questão da cassação de delegados na Bahia e em Minas, as duas CUTs estaduais não aceitaram a decisão da Executiva Nacional e recorreram da decisão. Na Bahia, inclusive, os próprios membros da Articulação se posicionaram inicialmente contra a intervenção praticada na delegação para logo depois recuar da posição. Os recursos serão apreciados na plenária de abertura do Congresso.

Contra desmonte dos sindicatos

A nível político, ficou definida a intensificação das lutas contra o projeto Collor de desmontar os sindicatos. O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que é relator do projeto na Comissão de Trabalho da Câmara, compareceu à reu-



Líderes da CSC repudiaram política hegemônica na CUT e traçaram prioridades: chapa própria ou compor com a oposição.

Aquilinaldo Zordononi

nição da CSC para expor aos sindicalistas o conteúdo do projeto e informar acerca do substitutivo que está apresentando ao projeto do governo. Entre outras coisas, Aldo revelou que a iniciativa oficial visa fazer com que os sindicatos percam o papel de representantes oficiais dos trabalhadores, inventam o que denominam "flexibilização de direitos", na qual os patrões podem realizar acordos em separado com os trabalhadores, mesmo existindo um outro acordo com os sindicatos.

Entretanto, o ponto da reunião que demandou maior tempo de discussão foi o relacionado com a política de alianças que a CSC deve implementar no IV Concut, além de quais serão as perspectivas que o Congresso nacional tem para os sindicalistas. Duas medidas iniciais foram tomadas: a atualização ime-

diata da tese 1, da Corrente Sindical Classista, bem como a sistematização das emendas da tese da Articulação, que presume-se deva ser a tese-guia do Concut; a formação de uma comissão de negociação da CSC com as demais forças políticas, constituída por sindicalistas do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

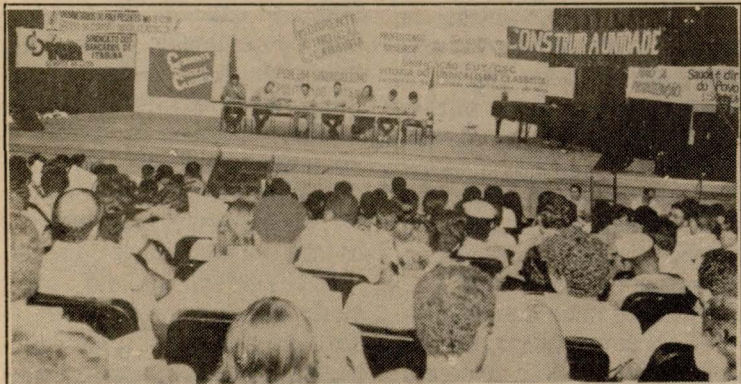
Política de alianças

A reunião deliberou que a posição da CSC, face às alianças que pretende efetivar no IV Concut, deverá ser de optar pela alternativa da chapa própria ou compor com o conjunto de forças políticas que demonstram contrariedade com a política hegemônica da Articulação. Considerou remotas as possibilida-

des de composição com a Articulação, avaliando que aquela tendência vem adotando uma postura hostil e excludente em relação à CSC, recusando-se a compor chapas em diversos estados durante os recentes congressos estaduais.

Nesse sentido, a CSC está acompanhando o quadro político no interior da central, reafirmando a sua independência, a defesa da unidade política e o fortalecimento e democratização da CUT como medidas imprescindíveis à construção de um movimento sindical forte e combativo. No entanto, a reunião deixou claro que a Corrente Sindical Classista não concluiu o processo de discussão da política de alianças, a qual deverá ocorrer até o período do Concut. (Carlos Henrique Vasconcelos)

Edimar Menezes



No II Congresso a CSC aprovou sua inclusão na CUT e participa pela primeira vez do Concut.

Mobilização sindical e popular arranca vitória em MS

Lairson Ruy Palermo*

O Movimento Sindical e Popular de Mato Grosso do Sul juntamente com o PCdoB, PT e MST, conquistou no último dia 30 de julho na cidade de Aquidauana uma expressiva vitória ao conseguir a liberdade de 11 produtores rurais do assentamento Taquaralzinho situado naquela região.

Cerca de 50 famílias estão acampadas há um ano à espera de desapropriação de área para morar e plantar.

O Governo do Estado no início de seu mandato fez a promessa de que em dois anos ele irá resolver a situação dos trabalhadores rurais sem-terra, em troca pediu uma trégua para que o Movimento dos Sem-Terra não praticasse nenhuma ocupação durante este período.

Ocorre que estas famílias se encontram, desde o contato mantido com o governador, em março, sem nenhuma atenção dos órgãos públicos no que tange a alimenta-

ção e subsistência, nem crédito para iniciar plantio e produção.

Diante desta realidade resolveram, premidos pelo estado de necessidade que reina no acampamento, cercar um caminhão carregado de gado e saquear retirando de dentro 9 vacas.

Na manhã do dia 27 de julho às 5:30h da manhã um contingente de 200 policiais militares e civis cercou o acampamento invadindo os barracões e retirando à força quem dentro se encontrasse, fosse mulher ou criança. Com um "Mandado Judicial" para apreender armamentos, fizeram a detenção de 11 acampados levando todas as ferramentas de trabalho do acampamento, algumas garruchas e umas espingardas de caça.

A notícia chegou à capital, Campo Grande, no sábado à tarde e naquele mesmo dia à noite seguiu para a cidade de Anastácio, vizinha de Aquidauana, uma Comissão de Entidades Sindicais, o advo-

gado e membro do Diretório Regional do PCdoB em Mato Grosso do Sul, Lairson Ruy Palermo, que fez o primeiro contato com os presos. Já na delegacia de polícia acompanhou-se o depoimento dos presos, e a comissão verificou que após a prisão dos produtores rurais, houve, conforme depoimentos, sessões de torturas em 3 presos. No domingo continuou a solidariedade partindo da capital uma caravana composta pelo Deputado Estadual Zeca do PT, mais dois advogados do Centro de Defesa dos Direitos Humanos "Marçal de Souza" que deram continuidade à assistência aos presos.

Na segunda-feira pela manhã uma comissão representativa do Movimento Sindical e Popular foi recebida pelo Vice-Governador do Estado que se comprometeu a averiguar as irregularidades cometidas no episódio por parte dos policiais que realizaram a investida no acampamento, prometendo afa-

tar o delegado e os agentes que teriam participado das sessões de torturas.

Na terça-feira foi programada uma manifestação que percorreu as ruas de Anastácio indo até o município de Aquidauana percorrendo as principais vias da cidade em protesto contra a invasão dos policiais no acampamento, bem como a forma como os 11 trabalhadores rurais foram "presos" e torturados.

Durante o ato público que contou com a presença da CUT/MS, ADUFMS, SINDSAÚDE, SINDSPREV/MS, UJS/MS, PT, PCdoB, MST, FAMEMS Comitê contra a Pena de Morte, Movimento Negro (Grupo Tez), Sindicato dos Bancários de Aquidauana, entre outros, ficou reafirmada a disposição de luta pela Reforma Agrária, pela liberdade dos presos políticos, os primeiros após o regime militar no Estado, e a necessidade de um ampla união das forças

democráticas e progressistas para barrar o arbítrio e o desgoverno que reinam em nosso país desde a posse de Collor de Melo, juntamente com a necessidade de desapropriação de terras para plantar, produzir e viver, tornando assim a reforma agrária uma realidade no país.

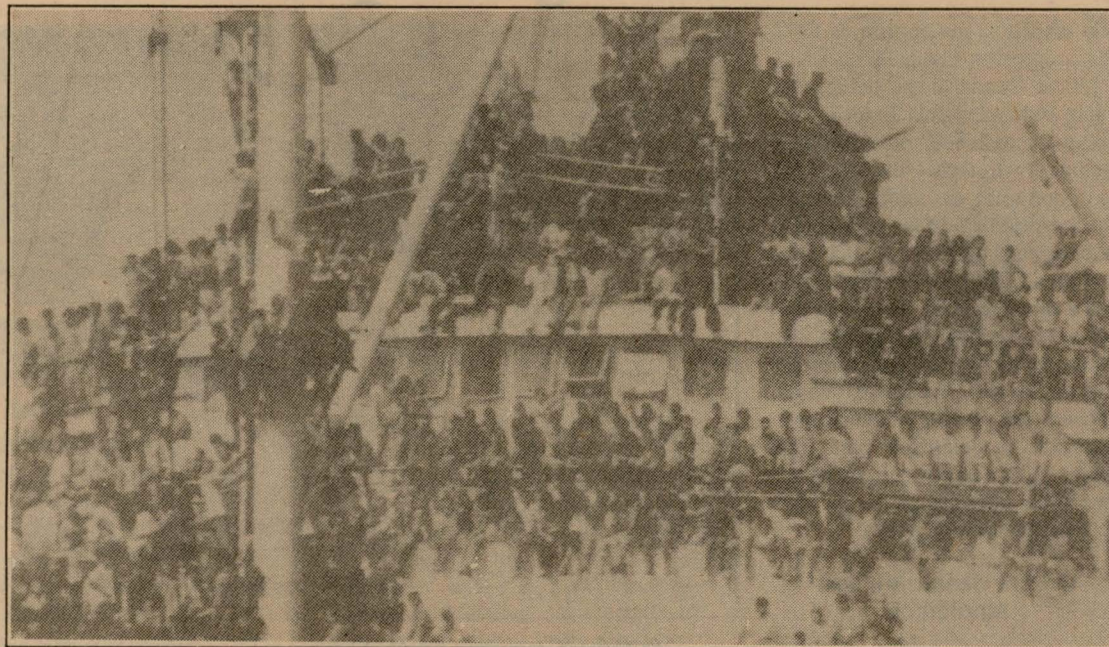
No final do ato público foi comunicado que o juiz de Aquidauana havia concedido "habeas corpus" para os presos responderem o processo em liberdade. Momentos depois os 11 presos foram recebidos com uma solidariedade calorosa continuando as manifestações até 22 horas quando por fim encerrou-se mais uma etapa de lutas vitoriosas trazendo esperanças no fortalecimento do Movimento Sindical Popular e progressista em nosso Estado, e encerrando uma jornada histórica para o trabalhador e o povo de Mato Grosso do Sul. * Membro da Executiva do Centro de Documentação e Memória Fundação Marília Grabois

Albaneses e hipocrisia na Itália

Precisamente 100 milhões de dólares americanos. É quanto o governo italiano está oferecendo à Albânia para que esta feche suas fronteiras e não mais permita a saída de refugiados do país. Ou, em outras palavras, revoga o direito de ir e vir, no caso de emigração, conquistado pelo cidadão albanês não há muito (lembra-se?), graças, entre outros fatores, aos esforços desinteressados e à sensibilidade condocida das potências européias, inclusive Itália.

A proposta - cujo porta-voz foi o ministro das Relações Exteriores da Itália, Gianni de Michelis - tem um forte cheiro de suborno. Seria necessário tampar as narinas para não percebê-lo. Ainda ontem, enquanto no palco da história estava sendo representado o primeiro drama dos refugiados albaneses (a invasão das embaixadas, em meados do ano passado), os governos da Itália, Alemanha, França, entre tantos outros, promoveram enérgicos pronunciamentos em favor dos "direitos humanos" naquele país, em particular do direito de ir e vir.

Os fatos não se localizam em tempo tão distante. É difícil evitar que a atitude do governo italiano soe irônica e hipócrita. Talvez por esta razão o jornalista, Fernando Gabeira, da *Folha de São Paulo*, tenha observado recentes sinais de uma "crise moral", que acaba de informar a repartição de 17 mil albaneses



refugiados - permitindo que permaneçam temporariamente apenas crianças hospitalizadas, alguns desertores da polícia e do Exército albaneses e aqueles que ainda resistem desesperadamente no cais de Bari, onde chegaram há duas semanas.

Recordemos, ainda, que da mesma forma que a ex-Alemanha Oriental, a população da Albânia foi alvo de uma expressiva campanha publicitária, através das redes de televisão (italiana, especialmente), em que se propagava as mil e uma maravilhas e vantagens fornecidas pelos países da Europa Ocidental.

Prometeu-se o paraíso, a liberdade, a abundância, a felicidade enfim. Tudo isto certamente, despertou a ambição e ingênuas esperanças entre albaneses, principalmente nos jovens. Não restam dúvidas de que, acrescida à crise econômica em agravamento, a propagação ocidental tem boa parcela de responsabilidade pelo êxodo que se vem observando na Albânia.

O governo italiano, assim, colhe o que de certa forma plantou. E sua resposta tem o mérito de ajudar a revelar os reais propósitos que moviam a retórica das autoridades e dos meios de comunica-

ção daquele país. Se a tragédia ainda em curso desnudou as fraquezas e debilidades do antigo regime socialista na Albânia, de um lado, de outro, está a demonstrar, também com contundência, as agudas contradições que abalam a comunidade capitalista européia, neste caso através da Itália.

Notemos que a Albânia não foi a única vítima de intensa e falsa propaganda burguesa. Antes dela, boa parte do Leste europeu começara a percorrer uma trilha semelhante, também sucumbindo aos encantos de um canto de sereia. Agora, ao que parece, já esta-

mos presenciando a um capítulo bem diferente do drama: a crise estala com invejável força em toda a região, em maior ou menor escala o capitalismo foi restaurado, mas seus resultados não correspondem às promessas de prosperidade, abundância e liberdade.

Pelo contrário, acumulam-se fatores de uma gigantesca crise, o desemprego, na região um flagelo praticamente desconhecido até então ou cujos efeitos eram ainda residuais, atinge hoje milhões de trabalhadores, e não pára de crescer. A corrupção campeia de forma mais desenvolvida que anteriormente, a democracia, longe de estar consolidada, continua sendo negada e o que se insinua, em todos os cantos e claramente, é uma tendência de nítido caráter neofascista. A chamada Europa rica, do Ocidente, não está a salvo disto, como os fatos e as estatísticas não cessam de denunciar. A disseminação do racismo em quase todos os países que compõem a CEE, odiosas discriminações contra minorias étnicas, conduta desumana, antidemocrática e de inspiração fascista frente a imigrantes do chamado Terceiro Mundo, são claros sintomas de uma imensa crise social - e o sistema parece impotente, para solucioná-la.

EUA - Política criminosa no Iraque

O embaixador do Iraque, Qaif T. Al-Mukhtar esteve em visita dia 15 do corrente à sede nacional do PCdoB. Na ocasião, levou ao conhecimento do presidente do partido, João Amazonas, uma nota com graves denúncias sobre o cerco que aquele país árabe vem sofrendo por parte do imperialismo. O embaixador agradeceu o apoio dado pelo PCdoB ao povo iraquiano durante a guerra do Golfo. Ao mesmo tempo, as lideranças comunistas presentes ao encontro reafirmaram sua solidariedade à luta que aquele povo trava para manter a independência de sua pátria. Segundo a opinião do PCdoB, o que acontece hoje no Iraque pode ocorrer com qualquer outro país dependente do mundo e isso só deve reforçar os laços internaciona-

listas entre os povos que lutam para conquistar ou manter a soberania nacional.

À noite, a Câmara Municipal de São Paulo promoveu uma sessão especial em apoio ao povo iraquiano. O embaixador Qaif esteve presente, reiterando suas denúncias. Falou por exemplo, que todas as cirurgias no Iraque estão suspensas, pois, em virtude do bloqueio econômico imposto pelas grandes potências, não existe material para anestesia naquele país. Usou da palavra na ocasião o deputado Jamil Murad, representando o PCdoB.

Abaixo transcrevemos a nota de embaixada:

A embaixada da República do Iraque cumprimenta atentamente V.Sª e tem a honra de esclarecer que o Iraque aceitou todas as resolu-

ções do Conselho de Segurança da ONU, após acontecimentos de 2 de agosto de 1990, e cumpriu todos os compromissos que lhe foram impostos depois da guerra. Consequentemente, as Nações Unidas, por sua vez, deveria retirar as sanções e o bloqueio econômico, pois a permanência dessas sanções já causou, e continua causando, graves danos ao povo iraquiano, tornando-se cada vez mais claro que os EUA e a Grã Bretanha, principalmente, junto com outras nações, objetivam premeditadamente esfomear o povo iraquiano, destruindo-lhe a infra-estrutura sócio-cultural-econômica, o que contraria os mais elementares conceitos e valores humanos, bem como os princípios do Direito Internacional, constituindo uma flagrante

violação do tratamento honesto entre povos e nações.

A política de fome, praticada pelos EUA e Grã Bretanha, ao lado de outros países, contra o povo iraquiano, contradiz os valores humanos, e é grande o número de crianças, mulheres e idosos inocentes do Iraque sujeitos diariamente à morte por causa dessa política cuja continuação não encontra justificativa.

Partindo das boas relações que unem os nossos países, Brasil e Iraque, e da inquebrantável fé do povo brasileiro nos valores humanos e nos princípios da justiça e da democracia, a Embaixada, por esta nota, solicita o empenho do povo brasileiro amigo no sentido de eliminar este sofrimento que está causando milhares de vítimas de forma injustificável, mediante a for-

junto a outros povos amigos e organismos internacionais para que seja retirado o bloqueio imposto ao Iraque e para acabar com a política de fome imposta ao Iraque, por cujo meio pretendem domar o Iraque.

O governo iraquiano está confiante em que esta nota produzirá repercussões humanamente positivas junto à opinião pública brasileira amiga e uma atitude que contribua para o suprimento das necessidades essenciais e urgentes do povo do Iraque.

A embaixada da República do Iraque aproveita esta oportunidade para renovar a V. Sª a expressão de sua mais elevada estima e consideração. Brasília, 30 de julho de 1991.

Embaixada da República do Iraque
Al-Mukhtar

Minas debate a crise do socialismo

Jô Moraes*

A direção do PCdoB em MG e a revista *Princípios* promoveram de 6 a 9 de agosto um Ciclo de Debates sobre crise do socialismo.

No primeiro dia foi discutida a concepção marxista de Estado e os problemas referentes à possível estagnação do marxismo.

Luis Fernandes, professor da Universidade Federal Fluminense, lembrou que a elaboração de Marx e Engels se realiza e se desenvolve em cinco momentos fundamentais, que vão do rompimento com o pensamento hegeliano, onde Marx critica o liberalismo político, até à contribuição de Engels sobre a gênese histórica do Estado. Ressaltando o significado fundamental dessa elaboração, Luis Fernandes destacou, no entanto, que no período de construção das experiências socialistas houve um congelamento da teoria marxista de Estado.

Ao opinar sobre a democracia socialista, o vereador Sérgio Miranda pôs em debate a reflexão sobre a tese do partido único transformada em modelo generalizado ao conjunto das experiências.

O economista Luis Marcos Gomes afirmou que o pluripartidarismo no capitalismo não tem sido expressão de prática democrática.

No segundo dia do Ciclo de Debates, o professor J. Chasin, da UFMG, retomando o tema da teoria do Estado, apresentou sua tese de que o Estado proletário é uma contração. Para ele, no pensamento de Marx, "a transição socialista subentende, necessariamente, no 1º momento, a superação, em grande e larga medida, da política e do Estado", embora na sua exposição, não tenha conseguido fundamentar sua tese e discutir como isso se realizaria.

O professor Olival Freire, da Executiva Nacional do PCdoB situou tanto a produção da teoria no contexto histórico da injeção da luta de classes, como o seu desenvolvimento interno, no que teve de coerente, e contraditório. Lembrou as origens distintas das dificuldades, entre elas, "os problemas abordados por Marx mas não suficientemente desenvolvidos e que passaram a ter uma enorme relevância prática nas circunstâncias soviéticas do início dos anos vinte". Sobre os problemas internos do desenvolvimento da teoria, Olival Freire apresentou, para reflexão, a observação de que, "o pano de fundo propriamente filosófico do marxismo soviético, na segunda metade dos anos vinte, padece de insuficiente desenvolvimento dialético e de acentuado mecanicismo".

Ilustrando os reflexos desta estagnação sobre nós,

o professor Bicalho da UFMG apresentou importante levantamento com base na revista *Problemas* - antigo órgão teórico do Partido - onde predominam largamente simples reprodução de textos soviéticos.

A crise do capitalismo e as novas tecnologias

Num processo complementar à abordagem das experiências históricas, as duas últimas mesas trataram de temas que dizem respeito aos novos problemas postos para os marxistas.

O professor João Antonio, da UFMG, abordou da atual crise do capitalismo suas expressões monetário-financeira, político-institucional e de esgotamento das formas de controle sobre o trabalho. Lembrou que o capitalismo tenta apresentar, como alternativas à atual crise, a unificação dos mercados e a generalização das novas tecnologias.

Para o jornalista Raimundo Pereira, neste debate é preciso enfrentar duas visões conservadoras: uma de direita que apresenta a economia de mercado como grande alternativa; a outra, que aparece na esquerda, considerando que o conhecimento do passado, transplantado para o presente resolve o problema.

No último dia o debate foi sobre as novas tecnologias e suas conseqüências para a luta revolucionária do proletariado.

Eduardo Albuquerque, vice-presidente do PT mineiro, e autor de um livro sobre o tema, afirmou: "Cada tecnologia traz a marca de quem a gestou. Cabe aos socialistas captar as mudanças e elaborar uma discussão programática para melhor enfrentá-las".

A professora Lucília Machado, vice-diretora da Faculdade de Educação da UFMG, destacou que as transformações ocorridas no processo produtivo, não modificam só o perfil da classe operária, modificam também outras classes sociais. Lembrando que "o desenvolvimento tecnológico é revolucionário", abordou as diferentes alterações estruturais e subjetivas que a nova situação cria no perfil da classe operária.

Numa reflexão política sobre a nova situação, Manoel Cação (Quincas), assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, destacou que "a burguesia tenta incutir na classe operária, o sentimento de impotência diante das novas tecnologias".

Presidente do PCdoB em Minas Gerais.

Teoria e Prática

Dogmas e Realidades

Luis Fernandes*

O balanço crítico e auto-crítico do processo que levou à débacle o antigo campo socialista formado em torno da URSS no pós-guerra indica como um dos fatores determinantes para o retrocesso a cristalização, na direção desses Estados, de uma visão dogmática do socialismo e de seus desafios. Esta visão concebia o caminho para a construção de uma sociedade sem diferenças de classe como uma evolução linear dos mecanismos e estruturas, tanto políticos quanto econômicos, criados no processo inicial de abolição da propriedade privada sobre os meios de produção fundamentais.

A vingança da dialética I

Não se assimilou, assim, a visão dialética de Lênin, que indicava que o socialismo teria de passar por diferentes fases, cada qual com seu conjunto de desafios e contradições principais para completar a transição histórica a uma sociedade comunista. Visão esta que aponta para a necessidade de formular respostas políticas concretas, ágeis e dialéticas para os novos desafios que surgem. Que não comporta a transplantação, como "modelo", de soluções e instituições gestadas em períodos e circunstâncias históricas diferentes. Ao perder essa perspectiva, se abriu espaço político, nos países socialistas, para forças (revisionistas) que abordavam esses problemas fugindo aos desafios da transição. No fim, mesmo estas foram varridas no (trágico) desfecho que todos conhecemos. Parafraseando o personagem do humorista Chico Anísio, "a vingança (da dialética) foi maligna".

A vingança da dialética II

Mas a vida continua. E a dialética também. A tragédia dos países do Leste é que eles acabaram substituindo uma visão dogmática da construção do socialismo por um dogma muito mais antigo, nefasto e pernicioso - o de que a adoção de uma economia regulada pelo mercado seria o caminho mais rápido e seguro para a eficiência, o equilíbrio, a soberania e o bem-estar. Agora, ao invés de amadurecer sua vingança durante décadas, a "reação" (da dialética) foi quase imediata.

Basta dar uma olhada na recente publicação da ONU World Economic Survey - 1991 (Levantamento Econômico Mundial - 1991). Os dados sobre o desempenho econômico e social dos países do antigo campo socialista em 1990 são estarrecedores. Ao efetuar a transição global para o capitalismo, o Produto Material Líquido (equivalente ao PIB menos o setor de serviços) desses países teve a seguinte "evolução": Tchecoslováquia, -3%; URSS, -4%; Hungria, -5,5%; Romênia, -10,5%; Polônia, -13%; Bulgária, -13,6%; e, finalmente, na região da ex-Alemanha Oriental, o índice impressionante de -19,5% (o estudo não publicou dados sobre a Albânia e a Iugoslávia). Enquanto o FMI obriga o vasto cancelamento de programas e conquistas sociais, o desemprego se alastra, tendo pulado de 0,1 para 6,5% da força de trabalho na Polônia e de 0,5 para 8,6% na ex-Alemanha Democrática, por exemplo.

A hora da verdade

O próprio estudo avalia que se trata de uma crise absolutamente sem precedentes no Leste desde a destruição da Segunda Guerra. Em vez da "hora do espanto", estes dados devem revelar aos trabalhadores e socialistas honestos uma verdade histórica - a de que o caminho para a renovação necessária do pensamento e ação socialistas não é o do retorno aos dogmas e mitos liberais do capitalismo.

* Luis Fernandes, cientista político, membro do Comitê Central do PCdoB.
Fundação Maurício Grabois

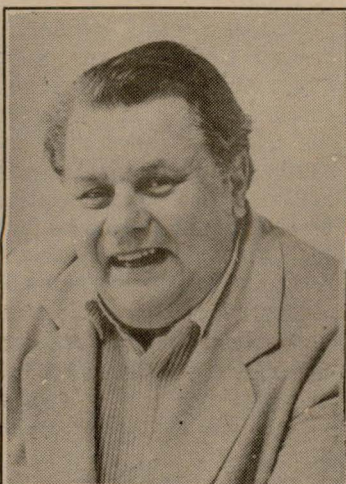
PCdoB vai ao ar com poesia e socialismo

"Eu acredito no Samba, no Amor e no Socialismo!" Com estas palavras, o compositor Carlos Lyra abre sua participação no segundo programa nacional do PCdoB deste ano, que vai ao ar no próximo dia 29 de agosto, às 20h30, em rede de rádio e TV. Lyra, em parceria com Aldir Blanc, trabalhará na trilha sonora do programa que terá dois temas básicos: a defesa intransigente da soberania nacional e a continuação do debate - iniciado no programa do primeiro semestre - sobre a crise do socialismo. Neste clima, o PCdoB destaca o valor de seu 8º Congresso que terá sua plenária final em janeiro de 1992.

O programa vai apresentar, também, inovações formais, com vinhetas computadorizadas, jingles e cliques musicais, fazendo a ligação entre os diversos blocos temáticos. Várias reportagens, no estilo jornalístico, enriquecem o tratamento dos problemas nacionais, contando com significativas participações de personalidades do mundo da ciência e da cultura, como o professor Rogério Cerqueira Leite, diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico



Carlos Lyra ressalta no programa a sua crença no socialismo...



Enquanto Cerqueira Leite diz que sem soberania não há Nação.

da Unicamp. Em sua análise da atual política para a ciência e tecnologia, ele dispara: "Com esta orientação, o governo Collor abdica do conhecimento. Sem tecnologia, sem ciência, não pode existir Nação!". Além dele, participam do programa Barbosa Lima Sobrinho, presidente

da ABI, o deputado e ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, Albuino Azeredo, governador do Espírito Santo, o vice-governador do Rio de Janeiro, Nilo Batista, o professor da Unicamp Demerval Saviani e Chico Ferramenta, prefeito de Ipatinga (MG), entre outros.

A crise revolucionária do marxismo

Madalena Guasco*

Jamais algum pensador sobreviveu com o mesmo sucesso a seu lema programático "os filósofos têm somente interpretado o mundo: trata-se, porém de transformá-lo". As idéias de Marx e Engels tornaram-se as doutrinas que inspiraram os movimentos operários e socialistas da Europa. Por meio de Lênin e da gloriosa revolução Russa, elas se tornaram a doutrina internacional da revolução social no século XX, universalmente acolhida como tal, desde a China até o Peru. Sob este ponto de vista, nenhum pensador laico pode ser comparado a Marx.

Pode-se dizer, contudo, que qualquer corpo de idéias - inclusive as de Marx - se transforma necessariamente ao se tornar uma força política significativa capaz de mobilizar as massas, quer isto ocorra através de partidos, movimentos, governos, quer se se realize por outros meios. Interpretar o mundo e mudá-lo não é a mesma coisa, por mais que se trate de duas coisas organicamente ligadas. É na ligação efetiva da teoria com a prática que a ciência se torna ciência. O marxismo é uma teoria que se exige necessariamente científica porque se propõe fazer a revolução, mudar a sociedade.

Assim, transforma uma concepção de mundo em método do conhecimento, da realidade e da história. O marxismo por esta característica fundamental não é apenas uma teoria crítica do objetivo da sociedade sem classes, de uma filosofia conscientemente materialista, mas esta essência de mudar, transformar a realidade lhe dá uma outra característica a de ser uma teoria auto-crítica.

O marxismo é uma teoria da história que, ao mesmo tempo, reivindica proporcionar uma história da teoria. "Um marxismo do marxismo - escreve Perry Anderson - estava escrito em sua constituição desde o início, quando Marx e Engels definiram as condições de suas próprias descobertas intelectuais como emergência das contradições de classe determinadas da sociedade capitalista e seus objetivos políticos não apenas como um estado ideal das coisas."

Tal concepção não foi formada como se a verdade a partir de então estivesse garantida pelo tempo, o ser pelo devir, e sua doutrina imune a erros graças a simples inserção na transformação.

"As revoluções proletárias, escreveu Marx, criticam-se constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido

para recomê-lo outra vez, escarnekem com impiedosa minúcia das deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas."**

O critério da verdade se guia pela realidade

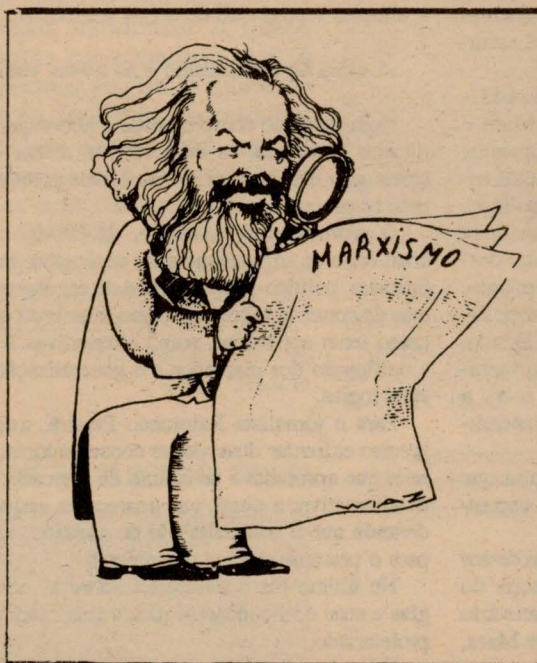
A busca da verdade, para esta teoria é constante e somente quando analisa e entende a realidade, se analisa, se entende, e como teoria avança. O critério da verdade para esta teoria, não se dá apenas pela coerência de sua lógica interna, da relação entre seus paradigmas, mas exige necessariamente compreensão efetiva das leis que regem a realidade, buscando compreender a dinâmica de suas possibilidades de transformação para assim transformá-la. Por isto o marxismo se transforma em força política inspirando e guiando os movimentos revolucionários.

Como teoria autocrítica o marxismo investiga também seu desenvolvimento, buscando entendê-lo sempre ligado às conjunturas históricas, à própria história. Nesta trajetória avança enquanto teoria entendendo seu desenvolvimento e entendendo a história.

Uma análise do marxismo requer sempre saber responder até que ponto esta teoria está constituída de conteúdo real, e o quanto ficou estagnada a um conjunto de enunciados teóricos, e se isto ocorreu, por que ocorreu. É contrário ao marxismo a sua estagnação.

Só assim podemos falar da insuperabilidade do marxismo. Ele é insuperável não apenas pelo fato de ser "marxismo". Ele só não é superável pelo fato de ser teoria crítica e autocrítica, que elabora e reelabora seu conteúdo teórico em relação direta com processo dialético da realidade que pretende transformar.

Sobre esta questão Sartre afirmou em seu livro *Crítica da Razão Dialética*: "O marxismo é uma filosofia de nosso tempo - e permanece insuperável porque as circunstâncias que o produziram ainda não foram superadas. De modo que um argumento anti-marxista é só a renovação aparente de uma idéia pré-marxista e uma pretensa superação do marxismo se reduzirá, na pior das hipóteses, a um retorno ao pré-marxismo, na melhor, a redescoberta de um pensamento já contido na filosofia que se acreditou superar".***



O marxismo é insuperável

Assim, o marxismo, que se originou na história do pensamento da polêmica com as concepções filosóficas de sua época da crítica à concepção liberal, da crítica às concepções idealistas da história, é insuperável.

No entanto, uma questão fundamental se coloca, o marxismo não quer só interpretar o mundo. A realidade é dialética e a luta de classes um processo histórico, a atualidade do marxismo apenas encontra fundamento na medida em que coloca como objeto constante de explicação as relações multifacéticas que a realidade apresenta em cada momento.

Não sendo assim, ficamos apenas com a defesa de sua insuperabilidade de fronteiras com concepções por ele superadas em sua origem, e esquecemos que sua força, o seu alimento enquanto teoria se encontra na capacidade de dar conta dos novos fenômenos que a realidade coloca.

O marxismo é uma teoria polêmica, que busca destruir as concepções anti-revolucionárias com argumentos científicos. Construindo nesta inserção na luta de idéias, uma explicação sempre atual do mundo.

O marxismo visto assim não é apenas uma filosofia da história, mas um instrumento do conhecimento da história, de suas leis mais gerais, e ao mesmo tempo de sua dinâmica e movimento atual. Das particularidades à tendência geral da história e da sociedade.

O conhecimento da história e suas leis mais gerais, a história da luta de classes e da propriedade, leva necessariamente à compreensão e exame científico do

capitalismo e ao desenvolvimento, este inevitável, da teoria do socialismo científico.

Em que reside a crise do marxismo

O marxismo se constitui de três partes. A filosofia como concepção de mundo, da história e do pensamento que se transforma em método do conhecimento. A economia política e a teoria do socialismo científico.

Sendo assim, e pela origem de seus pressupostos terem sido embasados na necessidade de compreender e transformar revolucionariamente a sociedade, nunca podemos falar de uma crise geral do marxismo, mas sempre de uma crise em seu desenvolvimento enquanto teoria. Esta teoria, por ter alcançado um caráter universal e buscar uma transformação real, quando em seu percurso evidencia-se uma crise, esta é sempre dramática.

Uma crise no percurso do desenvolvimento do marxismo atinge todas as suas partes. Atinge a filosofia, que não perdura morta, estagnada, mas como concepção de mundo e método que é, só se alimenta quando efetivamente revela a realidade e suas leis. Por atingir a filosofia atinge também o instrumento da teoria política e econômica, se não consegue compreender o desenvolvimento do capitalismo que pretende ultrapassar e do socialismo que pretende construir.

Atinge a teoria do socialismo científico porque tem o objetivo de transformar a realidade social, fazer a revolução e construir cientificamente o socialismo atingido neste processo a sociedade sem classes.

Esta crise não elimina paradigmas teóricos mais gerais, não os destitui de bases na realidade. Mas evidencia que como teoria deixou de dar conta em algum momento de elementos desta realidade que exigiam análise científica.

Nesta situação faz-se necessário determinar com clareza que fenômenos deixou-se de compreender, em que momento isto ocorreu e porque ocorreu. Sem isto caímos numa visão geral da crise, e assim não só não compreendemos seu caráter como ao mesmo tempo não temos instrumentos para ultrapassá-la. Não podemos perder o rumo também nesta busca. A compreensão de tal crise requer uma postura revolucionária. Exige a reafirmação dos princípios revolucionários da teoria, senão não estamos tratando da crise do marxismo, mas saímos de suas fronteiras e "ultrapassamos" o próprio marxismo, saímos do campo da revolução.

A busca dos elementos da crise também é uma busca revolucionária. Somente o marxismo - como filosofia - teoria econômica e política, como teoria do socialismo científico é instrumento capaz de compreender e ultrapassar a "crise do marxismo".

É preciso que se distinga a crise do marxismo da crise do socialismo, intrinsecamente ligadas, são diferentes. É preciso ainda que enfrentemos a polêmica no campo tanto das explicações sobre uma e outra crise. Este enfrentamento será feito, mesmo que de forma ainda inicial num próximo artigo.

Referências:

1. Anderson, P. *A Crise da Crise do Marxismo - introdução a um debate contemporâneo*. Ed. Brasiliense, 1984, p. 13.
2. Marx, K. *O dezoito brumário de Luiz Bonaparte* - in Karl Marx, Frederick Engels - *Obras Escolhidas* - Vol. I - Ed. Alfa Ômega - SP - p. 210.
3. Sartre, J.P. - *Crítica da razão dialética* - Vol. I, Milão, 1963, p. 19 - in, Marxismo e pós-Marxismo - Vitório Strada - *História do marxismo* - Eric Hobsbawn - *O marxismo hoje* - primeira parte - Paz e Terra - SP.

*Professora de Filosofia da PUC/SP